



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO-IFRJ

RESOLUÇÃO Nº 15 DE 18 DE JUNHO DE 2019.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR E REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO – IFRJ, nomeado em 07 de maio de 2018, nos termos do Decreto Presidencial de 19 de abril de 2018, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e, tendo em vista as deliberações da reunião extraordinária do Conselho Superior de 18 de junho de 2019,

RESOLVE:

1 - **Aprovar** a oferta e Projeto Pedagógico do Curso de **Especialização em Educação em Direitos Humanos** no *campus* Pinheiral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ, conforme anexo a esta Resolução;

2 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.


RAFAEL BARRETO ALMADA
Presidente

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
RIO DE JANEIRO – IFRJ**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM
DIREITOS HUMANOS**

**Campus Pinheiral
2019**

INSTITUIÇÃO EXECUTORA

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
CNPJ: 10.952.708/0004-49
UG: 153174
Local: Campus Pinheiral
Rua José Breves, 550, Centro - Pinheiral/RJ. CEP:27197-000
Telefones: (24) 3356-8200
Internet: http://www.ifrj.edu.br/pinheiral

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

Reitoria

Rafael Barreto Almada

Chefia de Gabinete

Priscila Cardoso Moraes

Pró-Reitoria de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (PROEN)

Alessandra Ciambarella Paulon

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação

Rodney Cezar de Albuquerque

Pró-Reitoria de Extensão

Cristiane Henriques de Oliveira

Pró-Reitoria de Administração e Planejamento

Igor da Silva Valpassos

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, Valorização de pessoas e Sustentabilidade

José Arimathea Oliveira

Diretoria de Gestão Acadêmica

Felipe Verdan da Silva dos Santos

Diretoria de Gestão de Pessoas

Carla Doti Dias Ripper

Ouvidoria

Elaine Maria Soares Ventura

Auditoria Interna

Danielle Silva de Araujo

Procuradoria Jurídica

Anderson Oliveira Castelúcio

Diretoria-Geral do Campus Pinheiral

Marcos Fabio de Lima

	SUMÁRIO	PÁGINAS
1.	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	6
	1.1. Nome do curso	6
	1.2. Área de conhecimento no CNPq	6
2.	JUSTIFICATIVA	6
	2.1. Metodologia de avaliação da área	12
	2.1.1. Potencialidades do curso	12
	2.1.2. Perspectivas do curso	19
	2.2. Avaliação de demanda	20
	2.2.1. Objetivos	20
	2.2.2. Metodologia	20
	2.2.3. Perfil dos interessados	21
3.	HISTÓRICO	27
4.	OBJETIVOS DO CURSO	31
	4.1. Objetivo geral	31
	4.2. Objetivos específicos	31
5.	INFORMAÇÕES DO CURSO	32
	5.1. Local do curso	32
	5.2. Carga horária	32
	5.3. Público-alvo	32
	5.4. Vagas a serem oferecidas	32
	5.5. Público-alvo	32
	5.6. Processo seletivo e periodicidade	32
	5.7. Condições de matrícula	33
	5.8. Sistema de Avaliação e Certificação	33
	5.9. Trabalho de Conclusão de curso	34
	5.10. Indicação do tipo de trabalho, formação de banca examinadora e demais requisitos para certificação	35
	5.11. Indicadores fixados para avaliação global do curso de pós-graduação	35
6.	INFRAESTRUTURA DO CAMPUS	36

6.1. Sala da coordenação, sala dos professores e secretaria acadêmica	36
6.2. Salas de Aula	36
6.3. Laboratórios de informática	36
6.4. Biblioteca	36
6.5. Refeitório	36
6.6. Portal Capes	36
6.7. Auditório e sala multimídia	36
7. LINHAS E PROJETOS DE PESQUISA	40
8. CORPO DOCENTE	42
8.1. Tabela de docentes do curso	42
8.2. Currículo resumido e links para o lattes	42
9. MATRIZ CURRICULAR	45
9.1. Itinerário de formação	45
9.2. Ementas das disciplinas	48
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1. Nome do curso

Curso de Pós-Graduação *Lato sensu*, em nível de Especialização, em Educação em Direitos Humanos.

1.2. Área de conhecimento do CNPq

Educação – 7.08.00.00-6.

Currículo – 7.08.05.00-8

Currículos específicos para níveis e tipos de educação - 7.08.05.02-4

2. JUSTIFICATIVA

A afirmação dos Direitos Humanos, como ideal e como perspectiva para a construção de sociedades democráticas, resultou de um processo histórico multissecular que promoveu uma radical inversão de perspectiva, característica da formação dos Estados modernos, na representação da relação política, transformando súditos em cidadãos. Segundo Bobbio (2004), nesse processo, a perspectiva deixa de ser aquela dos deveres do súdito para transformar-se nos direitos do indivíduo, agora considerado sujeito de direitos, perante os poderes constituídos.

O histórico dessa transformação, resultado não apenas de mudanças no plano das ideias, mas, principalmente, de lutas humanas, pode ser traçado, no Ocidente, até pelo menos o século XVII, com as revoluções inglesas e a formulação do *Bill of Rights* (1689), embora ganhe o aspecto contemporâneo apenas a partir da Revolução Francesa (1789-1799) e do conjunto de eventos da chamada “Era das Revoluções”, incluindo-se, segundo Grüner (2010), os eventos americanos, como a Revolução Haitiana de 1791-1804. Desde então, a luta pela afirmação de direitos que constituiriam o cerne da existência humana cidadã passou por diversos momentos distintos, alcançando uma síntese mais recente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Aprovada por 48 Estados, posteriormente acrescida de signatários e de outras Cartas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos é, ainda, referência básica para a discussão a respeito do tema atualmente. Sua maior ou menor aplicação, especialmente entre os países signatários,

constitui parâmetro de atenção maior ou menor à própria questão dos Direitos por cada país constituinte.

A partir de Ramos (2017), entendemos o conceito contemporâneo de Direitos Humanos pós-1948 como um conjunto de direitos indispensável para uma vida humana pautada na liberdade, igualdade e dignidade. Isso posto, não é exagero afirmar que esse conceito de Direitos Humanos constitui um dos mais importantes marcos civilizacionais em termos de cidadania, direitos e igualdade entre os seres humanos, fruto de uma longa trajetória de lutas sociais por uma maior abrangência que contemplasse, cada vez mais, grupos socialmente excluídos no rol de direitos elencados.

Não obstante sua importância, os Direitos Humanos ainda carecem de maior efetividade. Em um mundo marcado por gigantescas disparidades sociais e regionais, em um século nascente daquilo que Eric Hobsbawm (1995) denominou “Era dos Extremos”, por sua capacidade de combinar avanços civilizacionais notáveis com imensuráveis tragédias humanas, a plena realização dos Direitos Humanos infelizmente constitui, nas palavras de Samuel Moyn (2012), no limite, uma utopia. Embora tenhamos conseguido notórios avanços conceituais e ideológicos, em especial considerando-se as décadas posteriores ao terror do nazi-fascismo, o conceito de Direitos Humanos, como marco definidor de dignidade humana, se apresenta mais como um horizonte de expectativas do que como realidade tangível. A luta pela plena realização dos Direitos Humanos está, assim, na agenda daqueles que se preocupam com a construção de uma sociedade mais justa, humana e igualitária.

Atentando à realidade nacional, o Brasil destaca-se lamentavelmente por ser exemplar na inoperância em relação ao exercício dos Direitos Humanos. Segundo dados da Anistia Internacional, constantes em seu relatório referente ao biênio 2014-2015, no país,

Prosseguiram as denúncias de graves violações dos direitos humanos, como os homicídios cometidos pela polícia e a tortura ou outros maus-tratos de pessoas detidas. Jovens negros moradores de favelas, trabalhadores rurais e povos indígenas corriam maior risco de sofrer violações de direitos humanos. Os protestos que tomaram o país, sobretudo na época da Copa do Mundo, geralmente foram reprimidos com uso excessivo e desnecessário da força pelas forças de segurança. Detenções arbitrárias e tentativas de criminalizar manifestantes pacíficos foram denunciadas em várias partes do país. Apesar da aprovação de uma lei que permite o casamento entre pessoas do mesmo sexo, lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTI) ainda eram discriminados e atacados. O Brasil continuou a desempenhar um papel importante no palco internacional em questões como privacidade, internet e discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero. Alguns avanços foram feitos no sentido de enfrentar a impunidade pelas graves violações de

direitos humanos cometidas na época da ditadura (1964- 1985). (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015, p. 72).

A situação atual e histórica dos Direitos Humanos no Brasil é preocupante. Não seria exagero afirmar que desde a própria formação do país como Estado-nação independente, no século XIX, as tensas relações entre autoritarismo e direitos resultam em uma aporia que nos tem definido como sociedade. Segundo Salles (1996) e Parrón (2009), os grupos dirigentes do Império, defendendo a separação de Portugal a partir de um discurso de liberdade e adotando concepções de mundo liberais para suas instituições, ao mesmo tempo em que justificavam a permanência da escravidão como necessária à manutenção do país, construíram um mundo senhorial-escravista que acabou por afastar a maior parte da população dos plenos direitos de cidadania.

A construção desse mundo senhorial-escravista pressupôs, no movimento histórico de sua consolidação, a divisão do Império em “mundos” distintos, cada um devendo ocupar um lugar próprio naquela sociedade e devendo manter-se separado dos demais: segundo Mattos (2004), havia, de um lado, a “boa sociedade” componente do “mundo do governo”, identificada à “civilização” e à “ordem”; do outro, o conjunto de homens e mulheres revoltosos, livres os escravos, identificados com o “mundo da desordem” e compondo o universo daqueles considerados “bárbaros”.

O século XX atualizaria sucessivamente essa divisão original de nossa formação, ora remetendo a certas categorias, ora a outras. De um lado, o “mundo da ordem”, daqueles considerados “bons cidadãos”, “cidadãos de bem”, “trabalhadores brasileiros” entre outras denominações; de outro, aqueles que, associados a um estigma de “bandagem” ou “vagabundagem”, tornaram-se permanentemente parte do “outro”, de algo que, no limite, não seria merecedor de um olhar compreensivo ou alvo de discursos que se referissem à temática dos Direitos Humanos. Tal composição fundiu-se indissociavelmente à trajetória republicana, traduzida nas formas de tratamento da população dispensadas pelo Estado em episódios da Primeira República, como os movimentos messiânicos ou a Revolta da Vacina, analisadas por Carvalho (1987) como fragmentos de luta por direitos em um sistema que insistia ostensivamente em negá-los à maioria das pessoas.

Da mesma maneira, tal composição fundiu-se na construção do aparato ideológico de propaganda que, desde ao menos a Era Vargas, formula o amálgama entre a concepção de “bom cidadão” e a necessidade do “ordeiro” e “bom trabalhador”, como descrito por Gomes (2005). A Ditadura Militar, a partir de 1964, daria o acabamento até

hoje em evidência: a construção do “inimigo interno” que, justificando as maiores atrocidades em nome da “ordem”, daria sustentação tanto à ditadura propriamente dita quanto à sociedade autoritária dela nascida, consolidando, na Nova República pós 1988, a longa tradição daquilo que Carlos Fico (2004) denominou “utopia autoritária” da trajetória brasileira.

Mesmo décadas após seu encerramento, ainda não superamos as heranças autoritárias do período ditatorial. Na atualidade, percebemos um verdadeiro esfacelamento do conceito de Direitos Humanos, seja de forma discursiva – nos debates em redes sociais e demais mídias, nos discursos de partidos e de políticos autoritários, entre outros – seja de forma prática. Em relação à segunda forma, no cotidiano vivido por milhões de seres humanos, as formas de atuação do Estado em comunidades “pacificadas”, favelas, subúrbios e periferias constituem um ponto permanente de tensão entre direitos e autoritarismo, que é acelerada pelas contínuas atuações de forças policiais e militares em áreas periféricas, em demonstrações daquilo que Achille Mbembe (2018) denominou “necropolítica”: a gestão da morte pelo Estado, controlando quem e como se deve morrer, como dimensão inseparável de sua prática autoritária.

A contínua militarização da vida, ao mesmo tempo em que provoca críticas de setores que buscam a necessidade de reforço do discurso democrático, também produzem seu oposto, isto é, o regozijo daqueles setores que buscam, a todo momento, restaurar o passado ditatorial (1964-1985) a partir de certo revisionismo que, a propósito de apresentar “o outro lado da história”, não raro relativiza o peso das torturas, justifica o autoritarismo e o crescimento da arbitrariedade, minimiza a violência contra os opositores do regime e despreza estudos acadêmicos sobre a temática que contrariam suas perspectivas, taxando-os de “visão esquerdista do passado”.

Todas essas questões mostram a fragilidade contemporânea do discurso sobre Direitos Humanos no Brasil. Considerando-se que estes são apanágio da democracia, a crítica aos Direitos Humanos pode ser considerada parte integrante da própria crise política que vivemos (da qual, talvez, jamais tenhamos saído, senão pontualmente). A luta pela inversão dessa falência, portanto, constitui a própria luta em defesa da democracia e de superação de nossos impasses sociais.

É a partir dessas considerações que apresentamos a proposta de um curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação em Direitos Humanos.

A proposta aqui apresentada tem como objetivo construir institucionalmente um espaço privilegiado de estudo, pesquisa e desenvolvimento sobre a temática dos

Direitos Humanos, pelo prisma educacional, no campus Pinheiral do IFRJ. Entendemos que o atrelamento à questão educacional se faz necessário por diversos motivos, dentre os quais o mais importante é a forma pela qual os fios do autoritarismo crítico aos Direitos Humanos, que apontamos até aqui, têm encontrado espaços de atuação na vida escolar.

Nessa dimensão, dentro do mesmo contexto, o fortalecimento de movimentos como o “Escola Sem Partido” (ESP), que prega o fim do que considera “ideologia do professor” em sala de aula, devendo este buscar a “neutralidade”, numa acepção próxima àquelas dominantes nas ciências humanas no século XIX, ameaça discussões que atravessam a questão dos Direitos Humanos, como as temáticas de gênero, feminismo, homossexualidade, conflitos de classe, entre outros.

É imprescindível lembrarmos que o movimento ESP, a partir de ação na Justiça, suspendeu a exigência de que os posicionamentos veiculados nas redações do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 2017 não ferissem a perspectiva dos Direitos Humanos, regra que permitiria zerar redações, caso ocorresse tal infração. Segundo o ESP, a concepção de Direitos Humanos apresenta uma vagueza que impede a análise objetiva da redação, já que seria impossível, ao corretor, distinguir a mera liberdade de expressão da violação dos Direitos Humanos. Isso apesar, claro, de décadas de tratados, legislações, estudos e acordos já terem delineado conteúdos consensuais a respeito dos Direitos Humanos. Tais ações apoiam-se em certas concepções de educação que visam ao impedimento ou minimização do discurso sobre Direitos Humanos nos espaços escolares, contrariando não apenas toda a linhagem de tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, mas também a própria política nacional suprapartidária que, nas últimas décadas, contrariamente à dimensão prática do autoritarismo hegemônico que vimos discutindo, buscou afirmar uma postura teórica ampla para a questão dos Direitos Humanos. Aqui é fundamental compreender o papel das várias versões do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), respectivamente de 1996 (PNDH I), 2002 (PNDH II) e 2009 (PNDH III), assim como o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), de 2007.

A concepção restrita de educação desses movimentos contemporâneos contrários à lógica dos Direitos Humanos, tal como entendidos nesses marcos legais, ameaça a própria conceituação de educação em si, já que, além de atingir o conteúdo a ser trabalhado nas escolas, restringe também o espaço escolar a mero lócus de transmissão de pacotes prontos e definidos de instrução – a velha concepção bancária de educação criticada por Paulo Freire (1997).

Gert Biesta (2013), ao construir uma filosofia da educação inspirada nos valores de uma educação democrática, aponta que o papel da qualificação (ou seja, a formação mais voltada para os aprendizados de conteúdos específicos) constitui apenas uma das dimensões do espaço escolar, convivendo, ainda, com os atributos de socialização (isto é, inserção discente no mundo social) e de subjetivação (que, para o autor, inspirado em Hanna Arendt, constitui processo de “surgir para o mundo” a partir de “novos inícios”). Considerando as três dimensões do processo educacional – qualificação, socialização e subjetivação – Biesta (2010) busca superar a “linguagem da aprendizagem”, que, segundo ele, substitui a “linguagem da educação”, limitando seu potencial extraordinário ao confundi-la com mera instrumentalização para a vida social ou mercadológica.

É neste ponto que o entroncamento entre Direitos Humanos e Educação encontra sua síntese na dimensão da “Educação em Direitos Humanos”. A expressão, na qual a preposição “em” tem papel de destaque, não visa apenas à união dos termos “Direitos Humanos” e “Educação”. Não se trata simplesmente de destacar temas relacionados à questão dos Direitos Humanos. Tampouco se trata de focar na Educação *como* um Direito Humano. A concepção de Educação **em** Direitos Humanos pressupõe uma relação mais intensa, simbiótica, na qual se destacam, segundo Candau (2008), três elementos constituintes: educar para formar sujeitos de direito, educar para o favorecimento dos processos de “empoderamento” e educar para o “nunca mais”. Trata-se, dessa maneira, de uma perspectiva integrada entre os universos da Educação e dos Direitos Humanos, visando à prática pedagógica como caminho inseparável da construção de sujeitos de direito, por meio não apenas das discussões, mas pelas próprias metodologias trabalhadas; como caminho para o desenvolvimento dos processos de “empoderamento”, visando-se ao combate ao autoritarismo e às diversas formas de repressão dentro e fora do universo escolar; e à educação para o “nunca mais”, de maneira a evitar-se, pelo trabalho da História e da Memória, a reprodução de tragédias que, dilacerando qualquer noção de Direitos Humanos, desembocam na violência destrutiva como fundamento das sociedades excludentes.

O curso aqui proposto, de pós-graduação *lato sensu* em Educação em Direitos Humanos, articula todas essas questões de maneira integrada, visando à contribuição para o ensino, pesquisa e desenvolvimento de estudos, práticas e concepções voltadas para a promoção dos Direitos Humanos por meio da atuação pedagógica, tanto em espaços formais quanto não formais.

2.1. Metodologia de avaliação da área

2.1.1. Potencialidades do curso

O curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação em Direitos Humanos apresenta um imenso potencial de crescimento e desenvolvimento, não apenas para o Instituto ou para o Campus, mas, em especial, para a região Sul-Fluminense como um todo. Para melhor explicitar esse potencial, primeiramente tratemos dos marcos legais que justificam a criação do curso.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, já ressaltava essa importância ao considerar, em seu artigo 27, “a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática” como uma das diretrizes da organização dos conteúdos curriculares da educação básica (BRASIL, 1996). Segundo Bobbio (2004), o problema da democracia vincula-se diretamente à questão dos Direitos Humanos, sendo assim, o necessário tratamento dessa questão é de suma importância em qualquer projeto educativo. O mesmo documento, em seu artigo 26, § 9º, afirma que

conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o **caput** deste artigo, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observada a produção e distribuição de material didático adequado.

A LDB, portanto, destaca a importância não apenas da inclusão da temática dos Direitos Humanos como tema transversal, mas também a necessidade de produção de material didático adequado, justificando a criação de espaços que possam também ser destinados a esse fim.

O mesmo pode ser destacado em relação aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), cuja introdução destaca a “relevância de discussões sobre a dignidade do ser humano, a igualdade de direitos, a recusa categórica de formas de discriminação, a importância da solidariedade e do respeito” (BRASIL, 1997, p. 27). A proposta deste curso de pós-graduação *lato sensu* ainda atende ao disposto na meta 16 do Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2014), qual seja:

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a

todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Tal demanda por formação continuada em nível de pós-graduação se coaduna, ainda, com a própria lógica de fundação dos IF. A lei 11892/2008, ao tratar das finalidades e características dos Institutos Federais, afirma, em seu artigo 6º:

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

Incluindo a educação formal em sua concepção, o curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação em Direitos Humanos atende ao que está disposto acima, no sentido de capacitar docentes das redes públicas, incluindo o próprio IFRJ. Justifica-se direcionar tal capacitação ao nível de pós-graduação para atender ao inciso VI, alínea d, do mesmo artigo: ministrar em nível de educação superior:

d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;

Cabe destacar que tal citação acima é reproduzida *ipsis litteris* no artigo 5, inciso VI, alínea d, do regimento do próprio IFRJ.

Os marcos legais acima elencados já bastariam para justificar a construção do curso proposto. Restam, porém, dois elementos essenciais: os Planos Nacionais de Direitos Humanos (PNDH) e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) que apresentam metas e objetivos que tornam a necessidade do curso aqui proposto tarefa ainda mais urgente de nosso trabalho.

O PNDH-III, versão mais recente do Plano, destaca, no Eixo Orientador V, intitulado “Educação e Cultura em Direitos Humanos”, as seguintes diretrizes e objetivos estratégicos:

Diretriz 18: Efetivação das diretrizes e dos princípios da política nacional de educação em Direitos Humanos para fortalecer cultura de direitos
Objetivo Estratégico II: Ampliação de mecanismos e produção de materiais pedagógicos e didáticos para Educação em Direitos Humanos.

Considerando que a produção de materiais pedagógicos e didáticos faz parte da concepção do curso aqui apresentado, atende-se a mais uma demanda nacional.

Diretriz 19: Fortalecimento dos princípios da democracia e dos Direitos Humanos nos sistemas de educação básica, nas instituições de ensino superior e nas instituições formadoras

Objetivo Estratégico I: Inclusão da temática de Educação e Cultura em Direitos Humanos nas escolas de educação básica e em instituições formadoras

Objetivo Estratégico II: Inclusão da temática da Educação em Direitos Humanos nos cursos das Instituições de Ensino Superior (IES)

O primeiro objetivo da diretriz 19 é plenamente atendido pelo curso aqui proposto, uma vez que professores da educação básica estão entre o público-alvo esperado. Dispensável acrescentar que a aprovação do curso, em si, já atende plenamente ao Objetivo Estratégico II.

Diretriz 21: Promoção da Educação em Direitos Humanos no serviço público

Objetivo Estratégico I: Formação e capacitação continuada dos servidores públicos em Direitos Humanos, em todas as esferas de governo

Objetivo Estratégico II: Formação adequada e qualificada dos profissionais do sistema de segurança pública cultura em Direitos Humanos

Considerando-se que um dos eixos formativos e propostos para o curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação em Direitos Humanos trata da educação em direitos humanos em espaços não formais, atende-se, também, à necessidade de promoção da temática da Educação em Direitos Humanos em espaços não-escolares, tanto no serviço público quanto no privado, tanto no civil quanto no militar. Todos constituem nosso público alvo.

Para finalizar esta primeira parte, ainda se deve atentar às ações programáticas previstas no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH):

4. solicitar às agências de fomento a criação de linhas de apoio à pesquisa, ao ensino e à extensão na área de educação em direitos humanos;
7. estabelecer políticas e parâmetros para a formação continuada de professores em educação em direitos humanos, nos vários níveis e modalidades de ensino;
8. contribuir para a difusão de uma cultura de direitos humanos, com atenção para a educação básica e a educação não-formal nas suas diferentes modalidades, bem como formar agentes públicos nessa perspectiva, envolvendo discentes e docentes da graduação e da pós-graduação;
9. apoiar a criação e o fortalecimento de fóruns, núcleos, comissões e centros de pesquisa e extensão destinados à promoção, defesa, proteção e ao estudo dos direitos humanos nas IES;
16. implementar programas e projetos de formação e capacitação sobre educação em direitos humanos para gestores(as), professores(as), servidores(as), corpo discente das IES e membros da comunidade local;

A ação programática 4 é atendida plenamente pelo curso aqui proposto, em suas linhas de pesquisa e projetos. O mesmo vale para as ações 7, 8, voltadas para a

formação para espaços formais e não formais, ambos contemplados pelo curso, como já dito anteriormente. O objetivo 9 é inseparável de um curso em nível de pós-graduação *lato sensu*, pois a pesquisa é parte integrante da promoção de um curso desse nível.

O objetivo 16 pode ser ainda mais discutido. O curso de pós-graduação *lato sensu* aqui proposto tem amplo potencial de expansão local e regional. Isso por vários motivos.

Em primeiro lugar, em que pesem os marcos legais, institucionais e programáticos descritos acima, inexistem cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação em Direitos Humanos no estado do Rio de Janeiro, tanto na rede pública quanto na rede privada. Mesmo em nível nacional, são poucos os exemplos: exceção feita ao campus Piracicaba do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), temos somente cursos em Educação a Distância (EaD) sobre a temática da Educação em Direitos Humanos, embora apenas a Universidade Federal do ABC (UFABC) adote a nomenclatura. Outros cursos adotam nomes semelhantes, como a pós-graduação *lato sensu* em Direitos Humanos para a Diversidade, oferecida em EaD pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), ou a pós-graduação *lato sensu* em Direitos Humanos, oferecida pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Justifica-se, portanto, a criação de uma pós-graduação *lato sensu* em Educação em Direitos Humanos no âmbito do campus Pinheiral do IFRJ. Correspondendo não apenas aos marcos legais, mas ao próprio vazio de cursos semelhantes em nível local, regional e nacional, o curso aqui proposto atende a uma demanda reprimida que justifica sua criação.

Essa demanda inclui não apenas os próprios professores do IFRJ, mas, considerando-se a realidade do campus Pinheiral, abarca essencialmente a demanda da Região Sul Fluminense. Tendo em vista os espaços de educação formal, temos na região mencionada 609 escolas públicas e 229 escolas privadas, que abrangem desde a educação infantil até o ensino médio em diversas modalidades. Das 609 escolas públicas, 111 são estaduais, 492 são municipais e 6 são federais, como pode ser verificado no Quadro 1¹:

QUADRO 1: DISTRIBUIÇÃO DE ESCOLAS POR MUNICÍPIO DA REGIÃO SUL FLUMINENSE					
Municípios	Estaduais	Municipais	Federais	Privadas	Total
Angra dos Reis	14	72	2	44	132

¹ Dados do Mapa das Escolas, constante no Censo Escolar 2018, em construção. Disponível em <http://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard>. Último acesso em 01/07/2018.

Barra do Pirai	12	42	--	25	79
Barra Mansa	18	63	--	26	107
Itatiaia	1	19	--	7	27
Pinheiral	2	18	1	9	30
Pirai	3	20	--	6	29
Porto Real	1	10	--	2	13
Quatis	1	13	--	2	16
Resende	13	60	1	32	106
Rio Claro	2	16	--	1	20
Rio das Flores	2	14	--	--	16
Valença	12	51	1	15	79
Volta Redonda	30	94	1	60	185
Total	111	492	6	229	839

Os números acima demonstram o potencial de alcance imediato para um curso de especialização em Educação em Direitos Humanos. Para efeitos de simulação, se considerarmos apenas um(a) professor(a) por série em cada escola, temos um número superior a 6 mil professores como potencial público a ser atendido. Isso apenas no âmbito da educação formal.

Esse quadro da educação formal pode ser ampliado ainda mais quando incluímos o público formado nos cursos de licenciatura da região, muitas vezes não imediatamente empregado e que vê na formação continuada, em nível de pós-graduação, um caminho para melhor inserção profissional. Esse potencial é indicado no Quadro 2, que indica apenas as licenciaturas da região oferecidos por IES públicas, que totalizam 30 cursos:

QUADRO 2: DISTRIBUIÇÃO DE LICENCIATURAS POR IFES DA REGIÃO SUL FLUMINENSE			
Municípios	UFF	IFRJ	Cederj²
Angra dos Reis	Pedagogia Geografia	-	Ciências Biológicas Física Matemática Pedagogia Química

² Os cursos do consórcio Cederj são oferecidos na modalidade semipresencial EaD pelas seguintes universidades: UFRJ, UFF, Unirio, UERJ, Uenf, UFRRJ.

			Turismo
Barra do Pirai	-	-	Geografia Pedagogia
Barra Mansa	-	-	-
Itatiaia	-	-	-
Pirai	-	-	História Ciências Biológicas Letras Matemática Pedagogia Química
Pinheiral	-	Computação	-
Resende	-	-	História Ciências Biológicas Matemática Pedagogia Turismo
Rio Claro	-	-	-
Rio das Flores	-	-	Pedagogia
Valença	-	-	-
Volta Redonda	Química	Matemática Física	Ciências Biológicas Física Matemática Pedagogia
TOTAL	03	03	24

Importante reiterar: tratamos acima “apenas” do potencial para espaços de educação formal. No entanto, a proposta da Educação em Direitos Humanos inclui espaços de atuação não-formais. Nesse sentido, nosso público alvo inclui educadores em direitos humanos que cumpram essa função mesmo fora da licenciatura ou do espaço escolar, abarcando qualquer profissão pública e um escopo imenso de atuações privadas. Isso inclui servidores públicos (prefeituras, governo do estado e nível federal; Executivo, Legislativo e Judiciário, entre outros), trabalhadores liberais (advogados, por exemplo), graduados em áreas afins (cursos de Administração, Administração Pública, Direito, Políticas Públicas, todos oferecidos por IES da região).

Entendendo-se, ainda, a potencialidade de um curso de pós-graduação a partir das relações entre pesquisa, ensino e extensão, podemos desmembrar esse potencial humano elencado acima para essas três dimensões.

No tocante à pesquisa, ponto-chave de um curso de pós-graduação *lato sensu*, esperamos consolidar no campus Pinheiral um *locus* privilegiado de produção acadêmica a respeito não apenas da realidade local, mas também das demandas nacionais a respeito da Educação em Direitos Humanos. Esperamos não apenas estudos aprofundados,

marcados pelo rigor intelectual, na interpretação científica de nossa realidade, mas também almejamos a produção de métodos, práticas de ensino e atuação não-formal, tecnologias aplicadas à educação e outras ferramentas que possam atender ao disposto nos marcos legais e em nossos objetivos, oferecendo um espaço privilegiado no campus Pinheiral e no IFRJ como um todo para uma constante reflexão sobre Educação em Direitos Humanos.

No tocante ao ensino, o aprofundamento da formação de nosso corpo docente, em especial do conjunto de professores da região, constitui, por si só, uma justificativa para o curso proposto. Dados do censo escolar (2014), divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apontam que apenas 31,4% dos docentes têm algum tipo de pós-graduação, dos quais 30% constituem pós-graduação *lato sensu*. Isso indica a importância desse nível de especialização para a formação docente. Da mesma maneira, considerando que o Plano Nacional de Educação estipula que esse número chegue a 50% em 2024, a abertura de um curso de pós-graduação é de crucial importância para a formação docente da região.

No tocante à extensão, a articulação entre a produção local e a divulgação e integração com espaços da sociedade civil na região é parte inseparável da própria concepção de uma Educação em Direitos Humanos. Como vimos destacando, este não se restringe aos espaços formais de educação. Pretendemos que o curso que aqui propomos constitua espaço também de difusão de discussões, temáticas, projetos e produções voltadas para a Educação em Direitos Humanos.

2.1.2. Perspectivas do curso

Todo o potencial indicado anteriormente, somado à qualificação do corpo docente do campus Pinheiral, bem como à estrutura disponível, possibilita desde já considerar a pós-graduação *lato sensu* como um caminho para consolidar ainda mais o espaço institucional de ensino, pesquisa e extensão, visando futuramente à construção de uma pós-graduação *stricto sensu*, nível de mestrado, e já aspirar, mais à frente, a pensar em um doutorado na área.

Dessa maneira, nossa perspectiva é, a partir da formação das primeiras três turmas, constituindo um ciclo total de pouco mais de 3 (três) anos, dar prosseguimento à construção desse aprofundamento direcionando nossos esforços para o nível de mestrado. Para tanto, a consolidação da pós-graduação *lato sensu*, resultando em um cotidiano de

produções acadêmicas e publicações das pesquisas realizadas no âmbito do curso, é de indispensável importância.

Para além desse aprofundamento do nível de pós-graduação, que demanda pesquisa intensa visando à publicação, o curso ainda tem perspectivas para a extensão, articulando, da base, cursos de curta duração sobre a mesma temática de educação em direitos humanos, bem como palestras, seminários e a consolidação de uma semana de direitos humanos no campus Pinheiral, de modo que nosso corpo discente possa, em conjunto com o corpo docente, atuar como capacitadores/multiplicadores expandindo as discussões para além dos muros do Campus. Da mesma maneira, pretende-se capacitar agentes públicos da educação não formal em parceria com movimentos sociais e demais organismos públicos e privados da sociedade civil, de modo a contribuir à construção de uma cultura de direitos humanos tão demandada pelos programas referidos anteriormente.

Assim, pretendemos estabelecer o enraizamento do curso por meio de parcerias com os setores públicos (município, estado e união), privados (escolas e universidades), assim como com a sociedade civil (ONGs e organizações sindicais), especialmente nas regiões de atuação do IFRJ, sobretudo na Região Sul-fluminense. A estratégia para isso passa pelas ações dos alunos pós-graduandos nas escolas onde lecionam ou nos espaços não-formais onde atuam ou pretendem atuar, viabilizando-se as parcerias por meio eventos organizados no âmbito do curso e participação em eventos nas regiões, dentre outras atividades.

2.2. Avaliação de demanda

2.2.1. Objetivos

A avaliação de demanda teve como principal objetivo verificar a receptividade do curso por uma amostragem de nosso público-alvo na região Sul-Fluminense. Este objetivo pode ser desdobrado em outros, como perceber a receptividade da estrutura do curso a ser montado, buscar as possibilidades mais atraentes de horários a partir da disponibilidade desse público e perceber como a temática dos Direitos Humanos é considerada na região.

Além disso, também foi nosso objetivo, com a avaliação, traçar um perfil do próprio público-alvo, a partir tanto das ocupações profissionais quanto da formação acadêmica.

2.2.2. Metodologia

Para alcançar os objetivos definidos na seção anterior, foi preparado um questionário eletrônico a partir do aplicativo de formulário do Google. As seguintes questões orientaram nossa construção:

QUADRO 3: PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO

- a) Qual o município da região sul-fluminense em que reside?
- b) Qual natureza do seu vínculo trabalhista atual?
- c) Você é um profissional da área da Educação?
- d) Se não trabalha na área educacional, qual concentração de sua atuação profissional atual?
- e) Qual área de sua formação acadêmica?
- f) Há quanto tempo concluiu a graduação?
- g) Possui pós-graduação?
- h) Você se interessa pela área dos Direitos Humanos?
- i) Você já teve ou buscou algum contato com a área dos Direitos Humanos?
- j) Você já buscou alguma formação na área dos Direitos Humanos?
- k) Como você descreveria sua motivação, considerando a resposta acima?
- l) De 0 a 5, qual seu grau de interesse em fazer uma Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em Direitos Humanos? Sendo 0 pouco interesse e 5 muito interesse.
- m) Qual seria a principal razão da sua motivação pelo curso?
- n) Em função do seu interesse acadêmico e/ou de suas atividades profissionais, que assuntos você gostaria que constasse na matriz curricular do curso?
- o) Qual seria sua disponibilidade de dia e horário para realização do curso?
- p) De 0 a 5, qual seu grau de interesse em cursar esta pós-graduação frente às informações apresentadas? Sendo 0 pouco interesse e 5 muito interesse.

O questionário foi enviado para diversos órgãos e grupos da região, especialmente às prefeituras de todos os municípios elencados no Quadro 1, grupos universitários da região (especialmente licenciaturas), grupos de professores de escolas privadas, além de outros grupos profissionais virtuais. A partir dessa estrutura, chegamos a um total provisório de 125 respostas. Com esse volume de respostas, chegamos aos dados expostos na seção seguinte.

2.2.3. Perfil dos interessados

a) Distribuição geográfica.

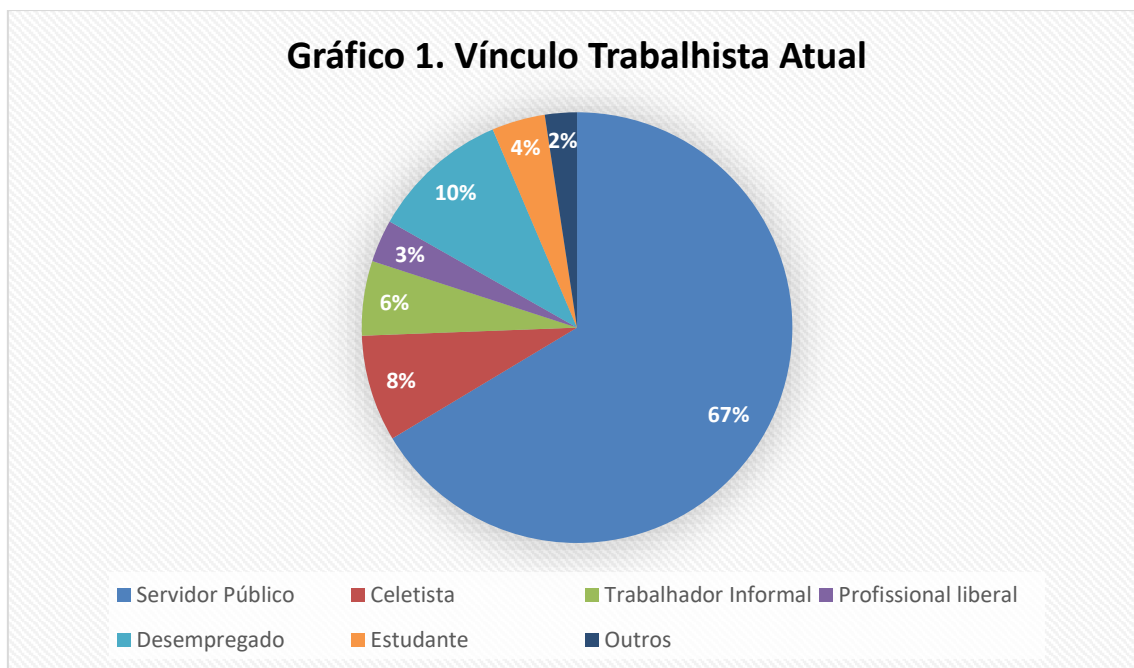
O quadro 3 mostra a distribuição dos respondentes de acordo com o município onde residem.

QUADRO 4: DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONDENTES POR MUNICÍPIO		
Municípios	Respondentes	Percentual
Angra dos Reis	0	0%
Barra do Piraí	7	5,6%
Barra Mansa	10	8%
Itatiaia	1	0,8%
Pinheiral	11	8,8%
Piraí	2	1,6%
Porto Real	3	2,4%
Quatis	1	0,8%
Resende	4	3,2%
Rio Claro	0	0%
Rio das Flores	1	0,8%
Valença	7	5,6%
Volta Redonda	67	53,6%
Outros (fora do escopo)	11	8,8%

Pelo quadro, podemos perceber uma predominância de Volta Redonda, com quase 54% das respostas, seguido de longe por Pinheiral, com aproximadamente 9%, e por Barra Mansa, com 8%. Isso se deve ao fato de Volta Redonda ser, de acordo com dados recentes publicados pelo IBGE, a cidade mais populosa e com maior desenvolvimento econômico da região, o que, sem dúvida e como apontam diversas pesquisas e indicadores, impacta no número de pessoas detentoras de diploma de nível superior. Ressaltamos que Volta Redonda e Pinheiral são cidades fronteiriças. Isso, sem dúvida, contribui para que a maioria dos respondentes, além dos fatos supracitados, seja da Cidade do Aço. A proximidade e a facilidade de locomoção entre os dois municípios também devem ser consideradas na análise dos dados. Além disso, ressaltamos que a atual pós-graduação existente no campus já conta com estudantes de variados municípios da região sul-fluminense. Já existe uma parceria na área de direitos humanos, com a Secretária de Assistência Social e Direitos Humanos da cidade de Pinheiral. Por fim, ressaltamos que a cidade de Pinheiral é um município que interliga os municípios com maior população, tais como Volta Redonda, Barra do Piraí e Piraí.

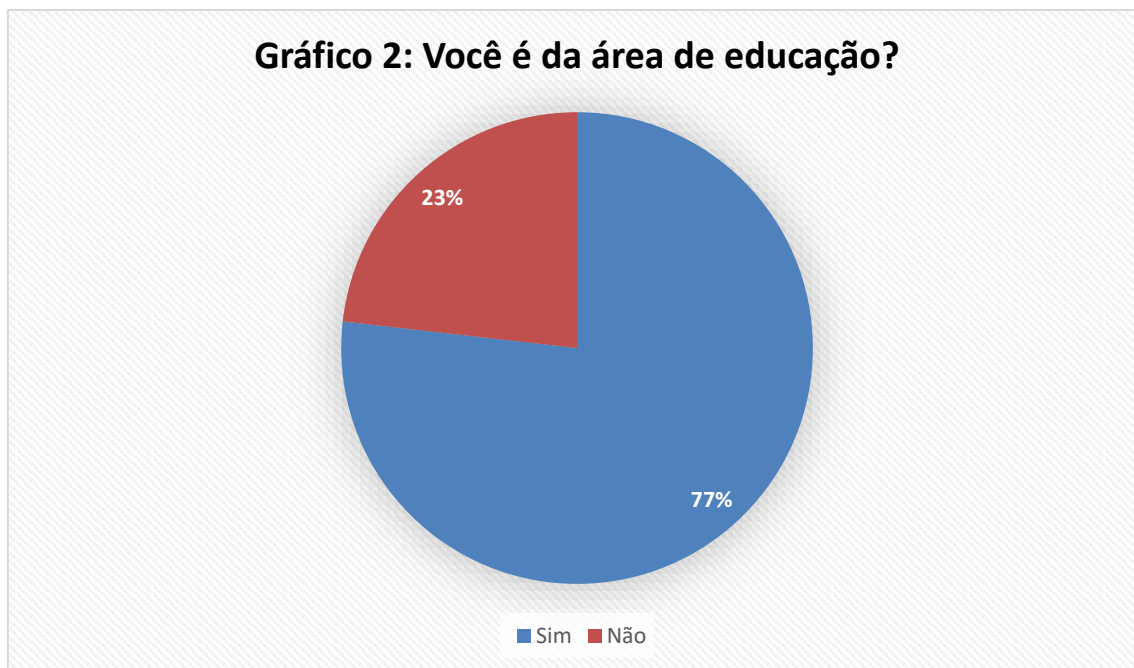
b) Natureza da ocupação e formação:

Os gráficos 1 e 2 se referem, respectivamente, à ocupação dos respondentes e à relação com a área da educação. Podemos notar, no primeiro gráfico, um imenso predomínio de respondentes ligados ao serviço público (67%), seguidos de longe por uma fatia atualmente desempregada (10%) e por celetistas (8%).



Chama atenção, ainda, no gráfico seguinte, o enorme predomínio de respondentes ligados à área de educação. Podemos perceber, pelo volume, que tal ligação perpassa vários tipos de ocupação delineados no gráfico 1.

Gráfico 2: Você é da área de educação?

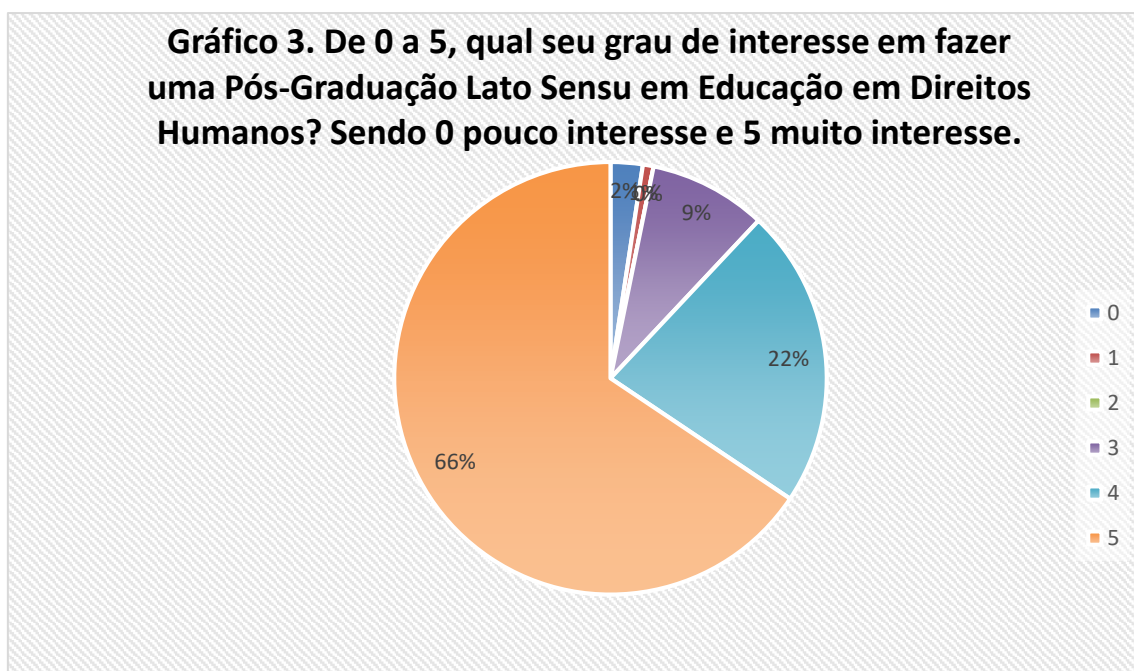


Esse total ligado à área educacional divide-se nas seguintes ocupações principais: professores (67,4%), orientadores pedagógicos (11,6%) e outros (diretores, tutores, psicólogos, inspetores, entre outros). Dentre os professores, tivemos respostas de praticamente todas as principais áreas: pedagogia, história, letras, educação física, ciências sociais, biologia, geografia, artes visuais, filosofia e matemática. Por outro lado, dentre os não ligados à educação, podemos perceber uma profusão de ocupações, da administração e do direito à assistência social. O que reforça a necessidade da dimensão multidisciplinar para o curso a ser implantado.

Do total de já formados, um volume considerável já possui pós-graduação: aproximadamente 60%. Destes, 77% são *lato sensu*, e 23%, mestrado ou doutorado. Esses dados nos oferecem alguns elementos interessantes para pensar na demanda: em um primeiro momento, aproximadamente 40% dos respondentes, que têm apenas graduação, representariam uma fatia do público potencial; considerando-se, porém, a intenção de crescimento do curso a ser implantado, chegando-se ao *stricto sensu* nível de mestrado, imediatamente esse potencial se amplia para 85% dos respondentes atuais (o que inclui apenas graduandos e portadores de *lato sensu*). Isso nos dá estímulo tanto para iniciar a pós-graduação ora proposta quanto para já se pensar seu desenvolvimento e crescimento rumo ao nível de mestrado.

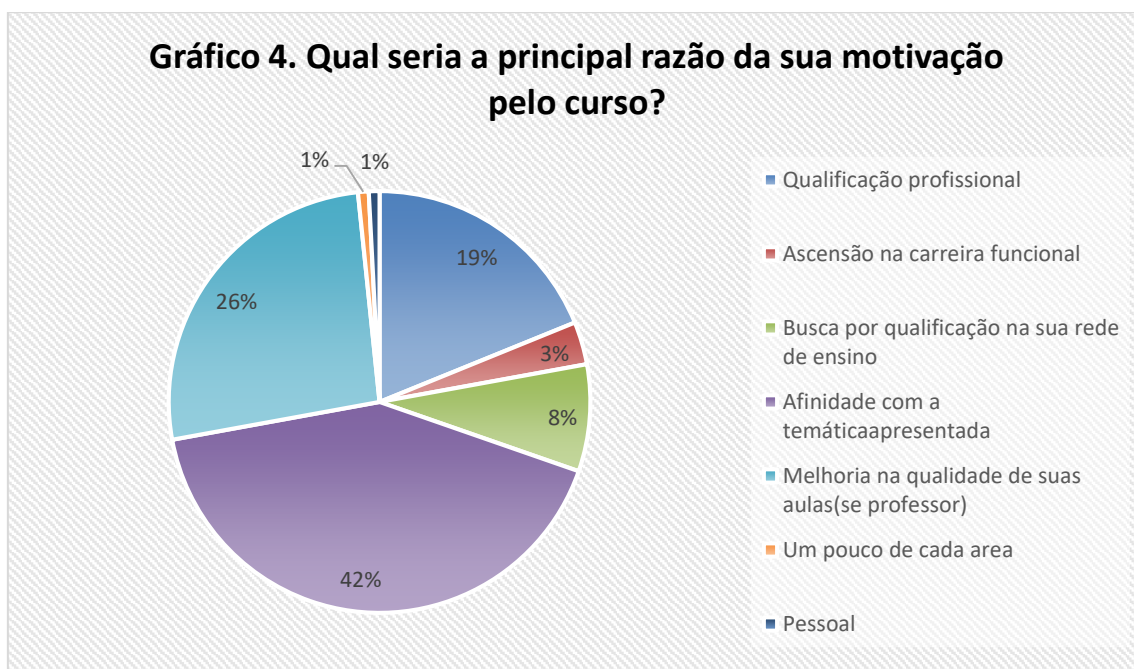
c) Interesse na temática específica da pós-graduação (Educação em Direitos Humanos):

A temática proposta para esta pós-graduação encontrou gigantesca aceitação entre os respondentes. Nada menos que 97,6% deles responderam positivamente à pergunta: “você se interessa pela área dos Direitos Humanos?” Contudo, 52,4% desse percentual responderam jamais ter buscado contato com a área de Direitos Humanos, o que demonstra um amplo potencial de interesse na temática aliado a um grande desconhecimento teórico e prático sobre o assunto. Isso estimula a criação de um curso que, dentre outros objetivos, pretende ser uma referência na produção temática da área de Direitos Humanos. Se ampliarmos a questão, de “contato com a área de Direitos Humanos” para “formação na área de Direitos Humanos” (o que exigiria um aprofundamento maior que o simples contato, via cursos de formação inicial e continuada), o percentual de desconhecimento aumenta substantivamente: 82,3% dos respondentes não têm nenhuma formação mais aprofundada na área dos Direitos Humanos. Isso pode explicar o gráfico 3, mostrado abaixo:



Podemos perceber que nada menos do que 88% dos respondentes mostraram alto grau de interesse em cursar uma pós-graduação na área de Educação em Direitos Humanos (níveis 4 e 5 de interesse). Mais 9% mostraram interesse mediado (nível 3). E apenas 3% dos respondentes mostraram pouco ou nenhum interesse em cursar esse nível de formação nessa temática. Dentre as motivações para tamanho interesse, podemos perceber, no gráfico 4, o seguinte predomínio:

Gráfico 4. Qual seria a principal razão da sua motivação pelo curso?



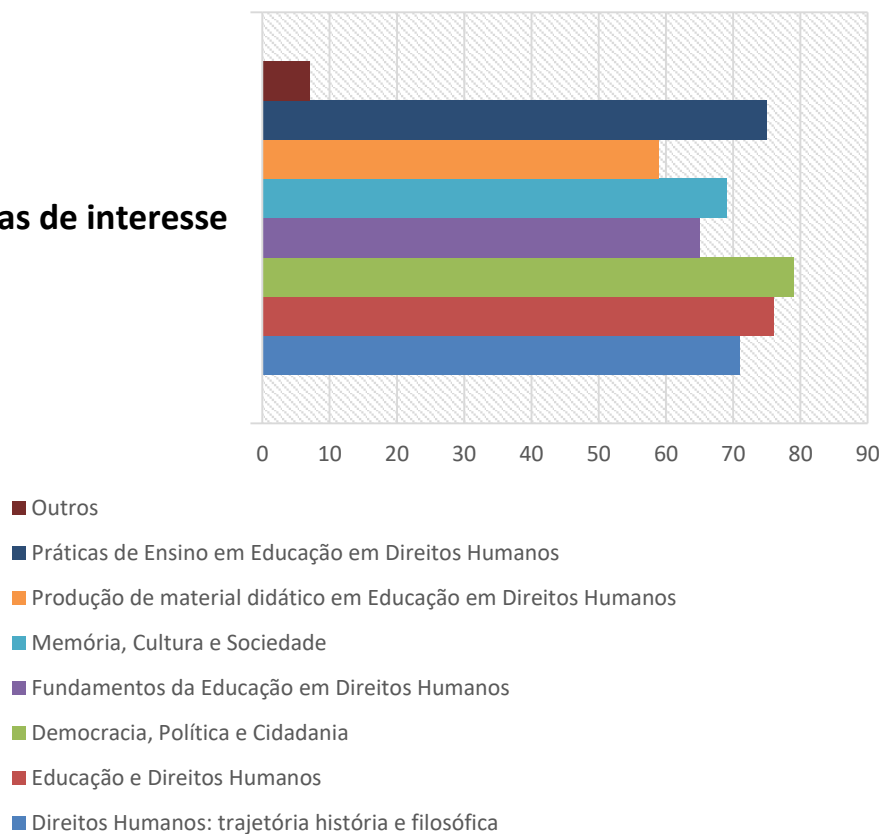
Ou seja, podemos perceber, no gráfico 4, a presença de inúmeras razões que vimos discutindo aqui para a criação do curso: oferecer um espaço de formação continuada voltada para ascensão profissional; criação de um espaço de produção acadêmica em uma área fundamental e de grande apelo em termos de afinidade; desenvolvimento de um *locus* de reflexão e prática para melhoria da educação na região sul-fluminense.

d) Estrutura do curso.

Por fim, nossa pesquisa de demanda voltou-se para questões relacionadas à construção do perfil do curso. A partir de uma proposta inicial de áreas temáticas, testamos a afinidade das mesmas junto ao público respondente, o que influenciou a construção das disciplinas presentes neste PPC.

Nesse sentido, em primeiro lugar, tivemos as seguintes respostas à questão: “que assuntos listados abaixo você gostaria que constasse na matriz curricular do curso?”

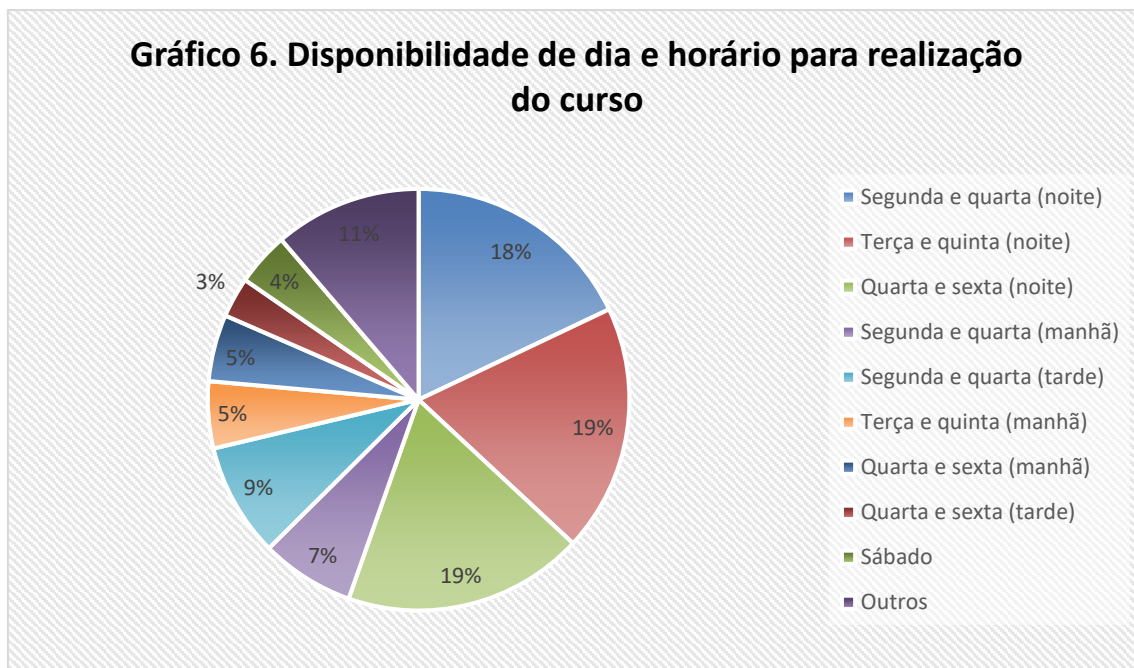
Gráfico 5: áreas de interesse



Podemos perceber que 7 áreas dominam completamente os principais interesses dos respondentes. As respostas presentes no gráfico acima auxiliaram a construção das disciplinas que foram dispostas a partir dos eixos centrais sinalizados.

Por último, questionamos os respondentes acerca dos melhores horários possíveis para a realização do curso. As opções de dias e turnos foram oferecidas da maneira mais ampla possível, com a maior combinação de dias que poderiam ser oferecidos, a partir da disponibilidade do *campus* Pinheiral. Os respondentes poderiam marcar mais de uma vez, de modo que pudéssemos ter o mais próximo do cenário de interesse ideal deles. Nosso resultado pode ser visualizado no gráfico 6:

Gráfico 6. Disponibilidade de dia e horário para realização do curso



Podemos perceber que aproximadamente 56% dos respondentes mostraram preferência por três combinações para as aulas: terça e quinta à noite, quarta e sexta à noite e segunda e quarta à noite. Dessa maneira, em termos de percepção inicial, a construção do curso será direcionada para atender a essa maior demanda de horários.

3. HISTÓRICO

Em 2004, a criação de Programas de Pós-Graduação *Lato sensu* institucionais, sem fins lucrativos, fortaleceu o estabelecimento da educação continuada e a inserção do docente em atividades de ensino de pós-graduação e pesquisa. Com isso, o docente passou a fazer parte de atividades tradicionalmente desenvolvidas em instituições de pesquisa, tais como: o desenvolvimento de projetos de pesquisa, a orientação de trabalhos e monografias e a participação em bancas de avaliação, promovendo, ainda, a articulação entre as diferentes modalidades de ensino ofertadas pela Instituição.

No início de 2006, foram criados os Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBICT), com o objetivo de desenvolver o espírito científico e tecnológico e, desta forma, proporcionar oportunidades para aprimorar a formação dos alunos e estimular o processo de qualificação de docentes e de técnico-administrativos da instituição.

Parte desses programas tem sido custeada por órgãos de fomento à pesquisa, tais como CNPq e FAPERJ. O IFRJ conta com quatro programas institucionais:

- Iniciação Científica (PIBIC). O PIBIC é um programa dedicado ao aluno matriculado na Graduação, que esteja participando de um projeto científico orientado por um docente da instituição;
- Iniciação Tecnológica (PIBITI). O PIBITI é um programa dedicado ao aluno matriculado no Ensino Técnico e na Graduação, que esteja participando de um projeto tecnológico ou cultural orientado por um docente da instituição;
- Iniciação Científica Júnior (PIBIC Jr). O PIBIC Jr é um programa dedicado ao aluno matriculado no Ensino Médio ou Técnico, que esteja participando de um projeto inicial científico ou tecnológico ou cultural orientado por um docente da instituição;
- Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e Tecnológica (PIVICT). O PIVICT é destinado ao desenvolvimento de pesquisa básica, tecnológica ou sociocultural, dirigido a estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação ou Ensino Técnico. De acordo com esta orientação institucional, desde outubro de 2005, o IFRJ cadastra grupos de pesquisa no CNPq, formalizando a produção científica e tecnológica desta instituição e promovendo a divulgação da Ciência e Tecnologia produzida pelo corpo docente. Essas ações induziram a criação de grupos de trabalho para a criação de Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*.

O primeiro curso de mestrado na Instituição foi recomendado pela CAPES em julho de 2007 e o processo seletivo realizado em novembro do mesmo ano. Em fevereiro do ano seguinte, contando com 17 alunos inscritos, teve início a primeira turma de mestrado. Em 2008, com a lei de criação dos Institutos Federais, os programas de pós-graduação foram ampliados os Programas de Pós-Graduação, sendo implantados os Cursos de Especialização em Produção Cultural (março de 2008), e o Mestrado Profissional em Ensino de Ciências, aprovado pela Capes em fevereiro de 2008. Em março de 2010, teve início a primeira turma do curso de Especialização em Gestão Ambiental, contando com 59 inscritos no processo seletivo, sendo habilitados os 15 primeiros colocados. Atualmente, além dos cursos supracitados, a Instituição apresenta ainda o curso de Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos e os cursos

de Especialização em Segurança Alimentar e Qualidade Nutricional; em Ensino de Ciências com ênfase em Biologia e Química; em Educação Profissional de Jovens e Adultos (EJA); em Educação e Divulgação Científica; em Linguagens Artísticas, Cultura e Educação; em Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-Brasileiras; em Ensino de Ciências e Matemática.

A implantação da pesquisa na instituição demanda investimentos que são traduzidos em termos de bolsas de iniciação científica e tecnológica; em políticas para tratar da carga horária docente que estimulem o desenvolvimento da pesquisa; na criação de mecanismos para formação de grupos de pesquisa, escoamento da produção de conhecimento e divulgação científica e em termos de mecanismos de financiamento institucional e de incentivo à pesquisa. Para isso, são necessárias rubricas orçamentárias para concessão de financiamento de projetos de pesquisa, ampliação de cotas de bolsas de iniciação científica e tecnológica, permitindo o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

As atividades de pesquisa na Instituição se encontram em processo de expansão, o que pode ser observado através do aumento progressivo do número de projetos submetidos ao processo de seleção e aquisição de bolsas ao longo dos últimos anos, conforme pode ser observado no quadro 9 a seguir.

Quadro 9: Cotas de bolsas concedidos a projetos de iniciação científica no IFRJ³									
Ano	PIBICT TOTAL	PIBIC CNPq	PIBITI CNPq	PIBIC EM CNPq	PIBIC Jr Faperj	PIBIC Institucional	PIBITI Institucional	PIBIC Jr Institucional	PIBITI Jr Institucional
2006	--	--	--	--	--	--	--	--	--
2007	27	15	--	--	--	6	--	6	--
2008	60	15	5	--	--	14	15	11	--
2009	91	18	8	--	--	25	15	26	--
2010	130	23	8	--	--	40	32	27	--
2011	199	23	30	--	--	60	33	53	--
2012	387	23	35	--	101	84	41	103	--
2013	301	25	37	--	34	78	2	33	92
2014	363	25	37	30	19	123	4	58	67
2015	403	25	37	30	-	136	-	77	98
2016	346	31	32	34	-	85	4	85	75

O curso de Pós-graduação em Educação em Direitos Humanos tem sua origem em projetos de pesquisa e extensão que são realizados, no Campus Pinheiral, desde 2015. Neste ano, em uma proposta interdisciplinar, professores de Filosofia,

³ Fonte: http://www.ifrj.edu.br/webfm_send/8885. Acesso em 18 de dezembro de 2018.

História, Química, Educação Física, Disciplinas Pedagógicas⁴, Língua Inglesa e Língua Portuguesa, Literatura e Sociologia elencaram a relação de suas disciplinas com a temática dos Direitos Humanos. Estes projetos resultaram na formação no Grupo de Pesquisa Interdisciplinar de Estudo de Culturas e Linguagens (IECL)

Em 2016, na semana de tecnologia do Campus Pinheiral, o IECL ofertou um curso de formação continuada intitulado “Cultura e Direitos Humanos” que contou com a participação de professores das redes Estadual e Municipal da região. Tendo em vista a procura pelo curso e seu sucesso, bem como a ausência de pós-graduações voltadas para a capacitação de professores no Sul Fluminense, os professores que formam o IECL decidiram construir uma pós-graduação com este viés e ofertá-la em nosso Campus.

Definidos a área do Conhecimento e o itinerário formativo, no segundo semestre de 2017, em imersões bimestrais, demos início às leituras coletivas dos textos norteadores da pós-graduação em Educação em Direitos Humanos. Já no primeiro semestre de 2018, realizamos, através de formulário online, a pesquisa de demanda e construímos a minuta que seria apresentada no Colegiado de Campus em setembro de 2018 e a I Jornada Marielle Franco, em abril de 2018. Temos a perspectiva de realização da II Jornada Marielle Franco em 2019.

Com a aprovação do Colegiado de Campus e com o parecer favorável da Pró-reitoria de Pós-graduação, pesquisa e inovação, prontamente, passamos à redação do Projeto Pedagógico do Curso, finalizado, apresentado e aprovado em nosso Campus no mês de março de 2019. Salientamos que este Projeto Pedagógico é uma construção coletiva e interdisciplinar que conta com o apoio de nossa Direção Geral.

4. OBJETIVOS DO CURSO

4.1. Objetivo geral

O curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação em Direitos Humanos tem como finalidade qualificar o potencial crítico do pós-graduando no que concerne às propostas pedagógicas, atividades ligadas à educação em espaços formais e não formais, relacionadas à temática da Educação em Direitos Humanos, promovendo atualização teórico-prática do conhecimento atrelado à reflexão crítica necessária, contribuindo,

⁴ Professores Lionel Rodrigues (Educação Física), Sabrina Almeida (Disciplinas pedagógicas) foram integrados ao corpo docente do curso. Mesmo movimento será feito pela professora Stephanie Salgado (Química) ao fim do seu curso de mestrado.

assim, para o avanço do conhecimento sobre a realidade social nacional, sobretudo no Sul Fluminense, e, contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de direitos humanos.

4.2. Objetivos específicos

- Capacitar teórica e praticamente os pós-graduandos para tornarem-se agentes multiplicadores de uma cultura de direitos humanos em espaços formais e não formais de educação;
- Consolidar um aprofundamento da discussão, reflexão e produção sobre a temática da Educação em Direitos Humanos frente à realidade nacional e da região sul-fluminense;
- Desenvolver pesquisas multidisciplinares que permitam um melhor entendimento da realidade social do Sul Fluminense;
- Adoecer ações de direitos humanos que tenham impacto nas cidades do sul-fluminense do Rio de Janeiro.

5. INFORMAÇÕES DO CURSO

5.1. Concepção do curso

A proposta da Pós-graduação em Educação em Direitos Humanos é a de que os egressos reúnam conhecimentos que possibilitem a construção de suas aulas, avaliações e projetos pedagógicos que contribuam e fomentem a valorização da cultura dos Direitos Humanos. É objetivo deste curso de pós-graduação que os especialistas realizem uma “Educação para nunca mais”, o que pode auxiliar na desconstrução do desrespeito aos Direitos Humanos no Sul Fluminense.

5.2. Coordenação do curso

A coordenação do curso caberá ao professor doutor Anderson da Costa Xavier. Siape: 2123009. Regime de trabalho: 40h com Dedicção exclusiva.

5.3. Local do curso

O curso será oferecido no *campus* Pinheiral do IFRJ, de forma presencial e no horário noturno.

5.4. Carga Horária

O curso terá carga horária de 360 horas.

5.5. Público-alvo

Este curso será destinado a todos os graduados com interesse na temática da Educação em Direitos Humanos, especialmente, mas não exclusivamente, aqueles voltados para espaços formais de educação, como professores e demais profissionais escolares.

Por ser um curso multidisciplinar, e considerando-se que a temática da Educação em Direitos Humanos pode atravessar inúmeras dimensões da vida social, seu público-alvo também é formado por todos aqueles de alguma maneira dedicados à questão da Educação em Direitos Humanos, incluindo-se os espaços não formais. Ou seja, qualquer profissional com formação, trabalho ou interesse na área constitui um público-alvo em potencial.

5.6. Processo seletivo e periodicidade

O ingresso terá periodicidade anual e se dará por processo seletivo definido por Edital de Seleção elaborado a partir das diretrizes estabelecidas no Regulamento Geral da Pós-Graduação *Lato sensu* do IFRJ. Consistirá de avaliação escrita, entrevista individual e análise de currículo.

5.7. Condições de matrícula

O curso ofertará inicialmente 20 vagas. Para a efetivação da matrícula para o ingresso na especialização, o aluno deverá cumprir, sem prejuízo das demais exigências do IFRJ, os seguintes requisitos básicos:

- Ter sido aprovado no processo seletivo;
- Comprovar formação mínima requerida em nível de graduação.

5.8. Sistema de Avaliação e Certificação

O curso foi idealizado para ser ofertado na modalidade presencial. Será exigido do aluno que cumpra uma frequência total igual ou superior a 75% em cada disciplina do curso. O controle da frequência dos estudantes será feito mediante assinatura de lista de presença pelos mesmos ou chamada oral, a critério do professor.

As avaliações do desempenho acadêmico serão realizadas de acordo com o Regulamento Geral da Pós-Graduação *lato sensu* do IFRJ. Em cada disciplina, o professor utilizará instrumentos diversos para avaliação, como seminários, relatórios, provas, artigos acadêmicos, dentre outros. Os instrumentos mais adequados às especificidades de cada disciplina ficam a critério de cada professor

Ao término de cada período, os alunos são solicitados a avaliar o curso, suas instalações, organização e o desempenho dos professores.

Será expedido certificado de pós-graduação *lato sensu* aos alunos que concluírem satisfatoriamente todos os semestres letivos, tiverem a frequência mínima exigida e obtiverem aprovação no TCC, conforme disposto na Resolução CES/CNE nº 01/2001 e das diretrizes estabelecidas no Regulamento Geral da Pós-Graduação *lato sensu*, do IFRJ.

5.9. Trabalho de Conclusão de curso

O TCC será componente obrigatório para obtenção do diploma e terá como objetivo completar a formação acadêmica e profissional dos estudantes mediante aplicação de conhecimentos construídos por meio das discussões e disciplinas do curso. Além disso, a elaboração de projetos e o trabalho de pesquisa podem potencializar a formação de projetos pedagógicos, avaliações e aulas que estimulem a cultura dos Direitos Humanos na região, conformando o processo de ensino/aprendizagem de modo a respeitar a heterogeneidade do corpo discente e do espaço em que residem.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) poderá ser desenvolvido na forma de monografia, artigo acadêmico e/ou produto pedagógico articulado a uma discussão de cunho teórico-prático, podendo abordar diferentes assuntos no âmbito da Educação em Direitos Humanos, delimitados pelas linhas de pesquisa e projetos de pesquisa do curso. O documento redigido deverá evidenciar o conhecimento do candidato a respeito da literatura existente sobre o assunto que ele se propôs a abordar, sobre a metodologia de abordagem e a sua capacidade de sistematização. Os alunos serão orientados no sentido de produzirem trabalhos com qualidade apropriada para publicação científica ou técnica.

O TCC contará com a orientação de um professor credenciado neste programa de pós-graduação e deve ser concluído ao longo do terceiro e último semestre do curso. Os resultados são apresentados e avaliados por uma banca composta por três professores, no mínimo um interno e um externo ao curso, cuja avaliação será expressa por meio dos conceitos: aprovado, provado com restrições e reprovado, de acordo com o regulamento do IFRJ. As regras gerais de confecção do TCC serão indicadas nas normas internas do programa.

5.10. Indicação do tipo de trabalho, formação de banca examinadora e demais requisitos para certificação.

Além do TCC que o aluno deverá defender no final do curso, incentivaremos a divulgação deste no meio acadêmico em congressos regionais, nacionais e internacionais na área de Educação, especialmente em Educação em Direitos Humanos. Incentivaremos também a publicação dos resultados da pesquisa em revista indexada sob a forma de artigo científico, trabalho que o aluno realizará juntamente com seu professor-orientador, bem como também estimularemos a divulgação dos mesmos nos mais variados canais com vistas a alcançar um amplo público, valorizando o aspecto extensionista da proposta.

A defesa do TCC configura-se como requisito parcial para a obtenção do certificado de Especialista em Educação em Direitos Humanos. Sendo assim, o aluno deve cumprir os seguintes requisitos para a obtenção do certificado:

- Aprovação nas disciplinas do curso;
- Estar quite com a biblioteca;

5.11. Indicadores fixados para avaliação global do curso de pós-graduação

Os seguintes critérios deverão ser utilizados como indicadores de qualidade para a avaliação global da Especialização em Educação em Direitos Humanos:

- Relação entre alunos ingressantes e concluintes por ano;
- Frequência de defesas de TCC dentro do prazo estipulado;
- Periodicidade de participação dos alunos divulgando seus trabalhos em congressos;
- Quantidade de publicações discentes em anais de congresso;

- Quantidade de publicações discentes em artigos de revistas indexadas.

6. INFRAESTRUTURA DO CAMPUS⁵

O Campus Pinheiral do IFRJ conta com excelente oferta em termos de infraestrutura para atendimento às demandas da pós-graduação lato-sensu em Educação em Direitos Humanos. As seguintes dependências, indicadas abaixo, serão utilizadas tanto como sede administrativa do curso aqui proposto quanto para desenvolvimento das aulas e atividades de pesquisa.

6.1. Sala da coordenação, sala dos professores e secretaria acadêmica

A sede administrativa do curso de pós-graduação lato sensu em Educação em Direitos Humanos funcionará no prédio da antiga biblioteca do campus, contando com sala para coordenador do curso, sala para os professores, sala de reuniões e secretaria acadêmica (Fig. 1).

6.2. Salas de Aula

O campus conta com boa oferta de salas de aula, todas em boas condições, algumas com lousa interativa, *datashow* e ar condicionado. (Fig. 2).

6.3. Laboratórios de informática

O campus dispõe de 4 laboratórios equipados, um com 24 computadores, dois com 18 computadores cada e 1 com 12 computadores (fig. 3).

6.4. Biblioteca

O campus conta com uma biblioteca de 600m², incluindo 16 gabinetes de leitura individual, 6 salas de estudo em grupo para 6 pessoas cada, uma sala de leitura coletiva para 26 pessoas e uma sala para acesso ao acervo virtual, com capacidade para 10 pessoas (fig.4).

A nova biblioteca conta também com um espaço para abrigar o acervo com capacidade para 9.250 volumes, com acesso ao público. O acervo atual conta com mais de sete mil volumes, incluindo aqueles relacionados à discussão sobre educação.

6.5. Refeitório

⁵ De maneira a melhor formatar o texto, incluímos as figuras logo abaixo da descrição da infraestrutura.

O campus conta com refeitório com capacidade para atender a todos os estudantes da pós-graduação, servindo almoço e jantar diariamente, garantindo um estímulo a uma política de permanência estudantil durante o curso.

6.6. Portal Capes

O campus Pinheiral tem acesso ao Portal Capes que possibilita o contato com periódicos de diferentes áreas de interesse, o que o torna uma ferramenta imprescindível para a pós-graduação.

6.7. Auditório e sala multimídia

O campus conta com um auditório bem equipado, com espaço para 180 pessoas. Além deste espaço, o campus conta também com uma sala multimídia com 40 lugares, que será utilizada para alguns eventos do curso, como defesas de TCC.

Figura 1: Sala da coordenação, sala dos professores e secretaria acadêmica



Figura 2: Salas de Aula

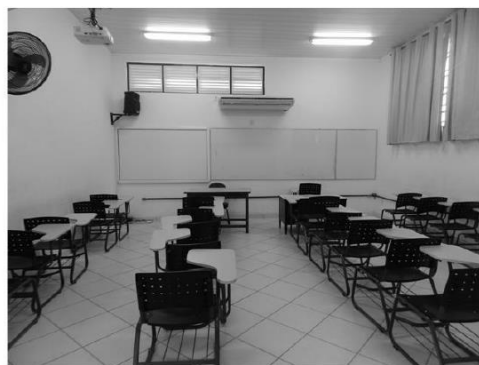


Figura 3: Laboratório de Informática



Figura 4: Biblioteca do IFRJ/Campus Pinheiral



Figura 5. Auditório do IFRJ/Campus Pinheiral



7. LINHAS E PROJETOS DE PESQUISA

LINHAS DE PESQUISA	PROJETOS
<p>LINHA DE PESQUISA 1: Educação, cultura e direitos humanos.</p> <p>DESCRIÇÃO DA LINHA: A linha de pesquisa se baseia na concepção entre as relações da cultura como elemento de manutenção da memória e esquecimento, bem como a relação entre os instrumentos educacionais e opressões sobre o corpo, que reforçam os processos de exclusão e inclusão na sociedade.</p>	<p>1. Educação, inclusão e exclusão.</p> <p>Este projeto de pesquisa visa a abarcar pesquisas que visem a debater como os processos de educação vigentes podem determinar a inclusão e/ou exclusão de educandos e educadores. É objetivo também discutir e investigar estratégias de desconstrução e reconstrução de novos processos de educação que visem ao combate às múltiplas exclusões sociais, como ferramenta de defesa dos direitos humanos. PROFESSORES DA LINHA: Sabrina Araujo de Almeida.</p> <p>2. Cultura, corpo e memória.</p> <p>A partir do conceito benjaminiano de que todo elemento de cultura é também um elemento de barbárie e considerando que o espaço do corpo é um dos principais alvos da violência, este projeto de pesquisa visa a estudos que abordem os instrumentos de cultura e as opressões sobre o corpo são utilizados como mecanismos de memória. Inclui pesquisas sobre elementos culturais, tais como arte, literatura, pintura, dança, entre outros. PROFESSORES DA LINHA: Érica Cristina Bispo e Lionel dos Santos Feitosa Rodrigues</p>
<p>LINHA DE PESQUISA 2:</p>	<p>3. Estado, Movimentos Sociais e Violência.</p>

<p>Estado, política e direitos humanos.</p> <p>DESCRIÇÃO DA LINHA: A linha de pesquisa busca analisar os contextos e processos específicos que marcaram a trajetória da construção da Democracia, Estado, Cidadania e Política no Brasil, identificando as mudanças ocorridas nas relações entre Estado e sociedade no mundo contemporâneo. Reúne estudos sobre mudanças na manifestação dos conflitos sociais: culturas políticas; formas de organização; determinantes da reivindicação e do protesto; formação de atores e protagonistas; novos mediadores e assessores; configuração de arenas e alianças políticas; ação organizada e espontânea.</p>	<p>A linha tem como objetivos buscar uma renovação acerca da interpretação sobre a teoria dos movimentos sociais, considerados possíveis espaços não formais de atuação EDH, conectando a discussão brasileira com os referenciais latino-americanos e internacionais; além de explorar as interações entre os novos rumos da teoria crítica e a discussão sobre as ações sociais coletivas e as reações violentas as mesmas. PROFESSORES DA LINHA: Michelangelo Marques Torres, Rafael Monteiro de Castro, Vinicius Carvalho Lima, Lionel dos Santos Feitosa Rodrigues e João Carlos Escosteguy Filho.</p> <p>4. Políticas públicas: meio ambiente, gênero, raça/etnia e classe.</p> <p>Estudo das diferentes políticas públicas relacionadas ao meio ambiente, gênero, raça/etnia e classes sociais e seu impacto na realidade social brasileira. Análise dos direitos humanos como motores e as políticas públicas para a promoção da dignidade humana relacionadas ao meio ambiente, conflitos ambientais no Estado Democrático de Direito. PROFESSORES DA LINHA: Daniele Gonçalves Nunes e Raquel Giffoni Pinto.</p>
<p>LINHA DE PESQUISA 3: Pedagogias, letramentos, práticas emancipatórias e decoloniais.</p> <p>DESCRIÇÃO DA LINHA: A linha de pesquisa abrange projetos que buscam ressignificar a discussão sobre os Direitos Humanos, articulando as várias tradições críticas da pedagogia e do currículo às teorias e práticas educacionais latino-americanas, territorializando a temática da EDH a partir principalmente dos conceitos de letramento e decolonialidade.</p>	<p>5. Práticas de Ensino e Formação Docente em Direitos Humanos</p> <p>Abarca estudos que busquem as relações entre formação e prática de professores e o cotidiano escolar, a partir de uma perspectiva crítica e sob a ótica da Educação em Direitos Humanos. Inclui temáticas voltadas para pesquisas que se relacionem às dimensões conflitiva, social e cultural em sala de aula. PROFESSORES DA LINHA: Anderson da Costa Xavier, Lesliê Vieira Mulico, Érica Cristina Bispo e Thomas Barbosa Fejolo.</p> <p>6. Discursos, Ideologias e Direitos Humanos</p> <p>Abarca estudos que busquem analisar formas de construção e reprodução de discursos e narrativas a respeito da Educação em Direitos Humanos dentro e fora dos espaços escolares. Inclui temáticas voltadas para a formação de visões de mundo a respeito dos Direitos Humanos e da Educação nas mais variadas mídias, bem como propostas de políticas públicas que se relacionem a questões ligadas à EDH. PROFESSORES DA LINHA: Anderson da Costa Xavier, Lesliê Vieira Mulico, Thomas Barbosa Fejolo e João Carlos Escosteguy.</p>

8. CORPO DOCENTE

8.1. Tabela de docentes do curso

NOME	FORMAÇÃO	CPF	RG	SIAPE
Anderson da Costa Xavier	Doutorado	099.027.517-50	013370113-6	2123009
Daniele Gonçalves Nunes	Mestrado	055.753.587-18	20109145-1	2690504
Érica Cristina Bispo	Doutorado	086.819.857-95	10955206-7	2554052
João Carlos Escosteguy Filho	Doutorado	110.829.897-46	020728444-9	2123046
Lesliê Vieira Mulico	Doutorado	072.767.737-36	47237-3	1770744
Lionel dos Santos Feitosa Rodrigues	Mestrado	098.665.067-62	12353391-1	2237163
Michelangelo Marques Torres	Doutorado	305.370.978-30	27904575-x	2348967
Rafael Monteiro de Castro	Mestrado	101.361.637-50	20669650-2	2122408
Raquel Giffoni Pinto	Doutorado	110.324.697-65	20584714-8	2121536
Sabrina Araújo de Almeida	Doutorado	270.075.248-18	24571422-5	1882872
Thomas Barbosa Fejolo	Mestrado	106.945.257-23	20541290-1	2179681
Vinícius Carvalho Lima	Doutorado	108.116.317-88	11141729-1	2123068

8.2. Currículo resumido e link para o lattes:

NOME	CURRÍCULO RESUMIDO E LINK PARA O LATTES
Anderson da Costa Xavier	<p>Graduado em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005), mestrado em Letras (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008) e doutorado (2014) em Letras (Literatura Brasileira), na mesma instituição. Atualmente é professor do IFRJ. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Brasileira. Membro integrante e líder do Grupo Interdisciplinar de Estudo de Culturas e Linguagens, do IFRJ/Campus Pinheiral.</p> <p>Link: http://lattes.cnpq.br/1576826779523305</p>
Daniele Gonçalves Nunes	<p>Bacharel em Engenharia Ambiental em 2006 e Mestre em Engenharia Agrícola na área de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) em 2008. Participou do Grupo de Pesquisa de Recursos Hídricos também pela UFRV. Atualmente, é professora efetiva do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico IFRJ Campus Pinheiral. Possui experiência em áreas como Gestão de Recursos Hídricos, Qualidade de Água, Educação Ambiental. Participou da Comissão Gestora do Programa de Formação de Recursos Humanos - PETROBRAS no IFRJ e foi subcoordenadora do segundo Convênio do Programa de Formação de Recursos Humanos - PETROBRAS no IFRJ. Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – com projeto que investiga o uso da água como direito humano fundamental.</p> <p>Link: http://lattes.cnpq.br/4533064591976343</p>
Érica Cristina Bispo	<p>Professora de Literatura e Língua Portuguesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), campus</p>

	<p>Pinheiral, desde 2015. Doutora em Letras Vernáculas (Literaturas Portuguesa e Africanas), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. Possui Graduação em Letras (Português - Literaturas), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002); Mestrado em Letras Vernáculas (Literatura Portuguesa), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005).É pesquisadora na área de Literaturas, Culturas e Artes Africanas, em especial da produção literária guineense, tendo publicações de diversos artigos sobre o tema. Suas publicações versam também sobre formação do professor e ensino de Literatura, em especial sobre o cumprimento da Lei 10.639/2003. Atualmente, na atuação como professora da Educação Básica, Técnica e Tecnológica, mantém pesquisa sobre Escritoras Negras de Língua Portuguesa, com o intuito de desenvolver uma educação antirracista. Na extensão, atua na Promoção da Igualdade Racial e Defesa dos Direitos Humanos. Neste espectro, integra o Grupo Interdisciplinar de Estudos de Culturas e Linguagens (IECL), junto com o qual promove debates, palestras e cursos de modo a fomentar uma cultura antirracista entre estudantes, além de instrumentalizar professores formados e em formação para atuarem como promotores de uma educação antirracista, por meio da literaturaLink: http://lattes.cnpq.br/0735150544053426</p>
<p>João Carlos Escosteguy Filho</p>	<p>Graduado (UNIRIO, 2008), mestre (UFF, 2010) e doutor (UFF, 2016) em História. Professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), campus Pinheiral, desde 2014, ministrando atualmente aulas nos cursos técnicos de nível médio e na Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade. Tutor à distância do curso de graduação em História da UNIRIO, oferecido via CEDERJ, modalidade semipresencial, na disciplina História da Historiografia Brasileira, desde 2012/2. Tem interesse especialmente nos seguintes temas: História do Brasil Império; História da Historiografia Brasileira, Ensino de História. Educação; Direitos Humanos. Link: http://lattes.cnpq.br/5007228581423386</p>
<p>Lesliê Vieira Mulico</p>	<p>Professor de Língua Inglesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, e doutor pelo Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UFRJ. Mestre em Linguística (2013), Especialista em Linguística Aplicada (2009), bacharel e licenciado em Letras Inglês-Literaturas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente desenvolve pesquisas com enfoque no ensino crítico da língua inglesa, tendo como perspectiva teórica a Linguística Sistêmico-Funcional, a Análise Crítica do Discurso, a Multimodalidade, os Multiletramentos e o Letramento Crítico; e, como objeto de estudo, a produção/implementação de materiais didáticos em contexto situado. Link: http://lattes.cnpq.br/2046325486549734</p>
<p>Lionel dos Santos Feitosa Rodrigues</p>	<p>Licenciado Pleno em Educação Física pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2007. Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), 2011. Tem experiência nas áreas Educação, Educação Física Escolar, Capoeira e esportes coletivos. Atualmente leciona no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ, Campus Pinheiral. Link: http://lattes.cnpq.br/5755252802535411</p>

Michelangelo Marques Torres	<p>Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), área de Sociologia do Trabalho. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Mestre em Sociologia pela mesma instituição, graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP) e possui aperfeiçoamento em formação pedagógica em Ciências Sociais. Atuou como coordenador de Ciências Humanas e suas Tecnologias (Escola Técnica Estadual de São Paulo) no Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo (Paula Souza). Tem experiência docente no ensino superior (graduação, tecnólogo e pós-graduação), no ensino médio público, na rede pública estadual de ensino técnico profissional e em cursos de extensão universitária. Pesquisador vinculado a Rede Latinoamericana de Estudos sobre Trabalho Docente; é pesquisador do grupo de pesquisa Estudos sobre o Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses da UNICAMP; e membro do Núcleo de Estudos do Trabalho, Saúde e Subjetividade NETSS. Foi Professor Supervisor do Programa de Pré-Iniciação Científica da ETEC de SP/USP/CNPq. Tem experiência na área de Sociologia do Trabalho, Teoria das Organizações, Organização do Trabalho e Sindicalismo Docente; Educação Profissional e Natureza, processos e condições do trabalho docente.</p> <p>Link: http://lattes.cnpq.br/0652371198706898</p>
Rafael Monteiro de Castro	<p>Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008). Possui mestrado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2012). É doutorando no programa de Pós-graduação Lógica Metafísica (PPGLM) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Epistemologia, atuando principalmente no tema de epistemologia dentro do sistema cartesiano. É professor de filosofia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Integra também o Grupo de Pesquisa Interdisciplinar de Culturas e Linguagens (IECL/IFRJ), no qual trabalha dentro da linha de pesquisa Culturas e Direitos Humanos.</p> <p>Link: http://lattes.cnpq.br/9439170161568198</p>
Raquel Giffoni Pinto	<p>Doutora em Planejamento Urbano e Regional na UFRJ (2015). Mestre em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010). Bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007). Professora de sociologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro desde 2014. Atual coordenadora do curso de Especialização em Ensino de Ciências e Matemática no IFRJ, campus Volta Redonda. Pesquisadora do grupo de pesquisa Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS) e do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano da UFRJ. Atua principalmente as seguintes áreas: Sociologia econômica, planejamento e desenvolvimento regional, conflitos socioambientais, política ambiental, CTS e educação.</p> <p>Link: http://lattes.cnpq.br/8798162232506263</p>
Sabrina Araujo de Almeida	<p>Professora das disciplinas Pedagógicas nos cursos de Licenciatura no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro</p>

	<p>(IFRJ), no campus Nilo Peçanha em Pinheiral, além de Coordenadora do NAPNE (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas). Possui Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Bandeirante de São Paulo (UNIBAN), Mestrado em Psicologia Social pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) e Doutorado em Educação na Universidade Estácio de Sá (UNESA). Com relação aos estudos desenvolvidos pela presente pesquisadora, é possível citar as seguintes áreas de atuação: Representações Sociais, Inclusão Social, Inclusão Educacional, pessoa com deficiência, necessidades específicas e Transtorno do Espectro Autista.</p> <p>Link: http://lattes.cnpq.br/3260647490212738</p>
Thomas Barbosa Fejolo	<p>Doutorado em curso pelo programa de pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Educação pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ). Mestre em Ensino de Ciências e Educação Matemática pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Licenciado em Física pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), campus Nilo Peçanha. Tems de pesquisa: Representações Sociais; Saberes Docentes; Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS); Filosofia da Ciência; Formação de Professores.</p> <p>Link: http://lattes.cnpq.br/5305101706889498</p>
Vinícius Carvalho Lima	<p>Professor de Sociologia do quadro permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Graduado e licenciado em Ciências Sociais (IFCS), especialista em Ensino de Sociologia (FE) e mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Integra, como pesquisador, o Grupo de Pesquisa Interdisciplinar de Culturas e Linguagens (IECL/IFRJ) e o Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes (LABES-FE/UFRJ). Tem experiência em pesquisa nas área ensino de sociologia e sociologia urbana, atuando nas seguintes temáticas: ensino de sociologia, institucionalização da sociologia no Brasil, juventude e direitos humanos, periferia urbana e movimentos sociais. Link: http://lattes.cnpq.br/5193625593723187</p>

9. MATRIZ CURRICULAR

9.1. Itinerário de formação

Os conteúdos curriculares foram selecionados de forma a possibilitar ao estudante a construção gradativa de conhecimentos específicos na área e a aquisição de competências e habilidades exigidas pelo mercado pelo trabalho.

Assim, para o desenvolvimento das aulas teóricas serão utilizadas projeções, textos, estudos de casos, seminários e outros recursos didáticos, com o intuito de oferecer oportunidades para o aprimoramento das experiências técnico-pedagógicas; serão realizadas atividades complementares de saídas de campo e visitas técnicas (exposições, feiras literárias) com a finalidade de promover maior integração entre teoria e prática. Em termos de oferta de disciplinas, o curso configura-se na forma descrita no quadro abaixo:

1º SEMESTRE		2º SEMESTRE		3º SEMESTRE	
Direitos Humanos: trajetória histórica e fundamentação conceitual (obrigatória)		Fundamentos da Educação em Direitos humanos (obrigatória)		TCC I (obrigatória)	
Créditos: 3	CH: 60h	Créditos: 3	CH: 45h	Créditos: -	CH: -
Metodologia da pesquisa em EDH (obrigatória)		Práticas de Ensino em Educação em Direitos Humanos (obrigatória)			
Créditos: 3	CH: 45h	Créditos: 3	CH: 45h		
Estado, cidadania e direitos humanos (obrigatória)		Pedagogias e formação docente (obrigatória)			
Créditos: 3	CH: 45h	Créditos: 3	CH: 45h		
Memória, corpo e exclusão (obrigatória)		Elaboração de projeto (obrigatória)			
Créditos: 3	CH: 45h	Créditos: 2	CH: 30h		

Ressaltamos que o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é parte integrante e imprescindível para a finalização do curso de pós-graduação lato sensu e obtenção do grau de Especialista em Educação em Direitos Humanos. Isso posto, o TCC da pós-graduação em Educação em Direitos Humanos seguirá as exigências regulamentares do IFRJ, o que significa que poderá ser exigido do corpo discente a produção em formato de monografia, artigo acadêmico-científico ou produto pedagógico articulado a uma reflexão teórico-prática. Quanto à distribuição dessas disciplinas dentre os docentes envolvidos, temos o seguinte cenário disposto no quadro 11:

Quadro 11: Distribuição das disciplinas por professor				
Disciplinas		CH Semestral*	Docentes envolvidos	Créditos
Módulo 1	Direitos Humanos: trajetória histórica e fundamentação conceitual	60h	João Carlos Escosteguy Filho e Rafael Monteiro de Castro	4
	Metodologia da pesquisa em EDH	45h	Lesliê Vieira Mulico e Thomas Fejolo	3
	Estado, cidadania e direitos humanos	45h	Daniele Nunes, Vinicius Lima e Raquel Giffoni	3
	Memória, corpo e exclusão	45h	Erica Bispo, Lionel Feitosa e Sabrina Almeida	3
Módulo 2	Fundamentos da Educação em Direitos Humanos	45h	João Carlos Escosteguy e Michelangelo Torres	3
	Práticas de Ensino em Educação e Direitos Humanos	45h	Todos os docentes do programa	3
	Pedagogias e Formação docente	45h	Anderson Xavier e Lesliê Mulico	3
	Elaboração de projeto	30h	Coordenador do curso e orientadores.	2
Módulo 3	TCC I		Coordenador do curso e demais docentes	0

9.2 Ementas das disciplinas

PROGRAMA DE DISCIPLINA	
DISCIPLINA DIREITOS HUMANOS: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL	CÓDIGO (preenchimento DGA)
CURSO(S) EM QUE É OFERECIDA	CLASSIFICAÇÃO

• Educação em Direitos Humanos		Obrigatória	Optativa
		X	
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL 60 horas	NÚMERO DE CRÉDITOS 4 1 crédito =15 horas	CARGA HORÁRIA SEMANAL 4 tempos 1 tempo de aula = 1 crédito	
PRÉ REQUISITO(S)		CÓDIGO(S)	
• Não há pré-requisitos		(preenchimento DGA)	
EMENTA Construção histórica do conceito de Direitos Humanos na longa duração. O liberalismo e os direitos naturais. A Era das Revoluções e as teorias sociais do século XIX. Guerras Mundiais e a Declaração de 1948. Lutas e movimentos sociais entre os séculos XIX e XX. Os acordos internacionais e as disputas contemporâneas em torno do conceito. Teoria Crítica dos Direitos Humanos e interculturalidade. Os Direitos Humanos no Brasil. Escravidão e liberalismo no Brasil oitocentista. Estado, sociedade e limites da cidadania ao longo do século XX. Autoritarismo e lutas políticas no Brasil recente. Questões contemporâneas de Direitos Humanos.			
OBJETIVO GERAL Abordar na longa duração algumas questões essenciais ligadas à construção dos Direitos Humanos. Discutir conceitualmente perspectivas favoráveis e críticas a certo viés acerca dos Direitos Humanos. Refletir sobre os entraves e as urgências relacionadas aos Direitos Humanos no país e no mundo contemporâneo. Promover debates e propostas relacionadas a questões ligadas aos Direitos Humanos.			
ABORDAGEM (X) Teórica () Prática	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS Aulas teóricas expositivas dialogadas, leituras e análise de textos, seminários, círculos de debates.		
ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - Cine-debates - Leitura de monografias, dissertações e teses sobre a temática discutida na disciplina			
BIBLIOGRAFIA GERAL DA DISCIPLINA: ARTIGOS:			
<ul style="list-style-type: none"> • BAUER, Caroline Silveira. O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura civil-militar brasileira. Anos 90, v. 22, n. 42, p. 115-152, 2015. • BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. Estudos Avançados, 2(3), pp. 4-39, 1988. • DA SILVA, André Luiz Olivier. Os direitos humanos e o estado “natural” de fundamentação dos direitos. Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos, Florianópolis, v. 36, n. 71, p. 133-154, dez. 2015. • GÂNDARA, Manuel. Hacia una teoría no-colonial de derechos humanos. Revista Direito e Práxis, 8(4), pp. 3117-3143, 2017. • MOYN, Samuel. The End of Human Rights History. Past & Present, no. 233, pp. 307-32, 2016 • SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de direitos humanos. Lua Nova. n.39, pp.105-124, 1997. 			

- SCHWINN, Simone Andrea; SCHMIDT, João Pedro. **Da ditadura à democracia: a inacabada transição brasileira**. Revista Reflexão e Ação, v.23, n.2, p.25-53, 2015.
- VIOLA, Francesco. **¿Los derechos humanos son derechos naturales?**. Revista Quaestio Iuris. vol.06, nº 02, p.162- 184, 2013.

LIVROS:

- ALVES, J. A. L. **Os Direitos Humanos como tema global**. 2ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- COMPARATO, F. K. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. 11ª edição. Rio de Janeiro: Saraiva, 2017.
- HUNT, L. **A Invenção dos Direitos Humanos: uma história**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2009.
- MOYN, S. **Not Enough: human rights in an unequal world**. Harvard University Press, 2018
- PRONER, C.; CORREAS, O. **Teoria Crítica dos Direitos Humanos**. Belo Horizonte, MG: Fórum, 2015.
- RAMOS, A. C. **Curso de Direitos Humanos**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Saraiva, 2017.
- SANTOS, B. S.; CHAUI, M. **Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2017.

Coordenador do Curso	Pró-Reitor de Ensino de Graduação
Nome	Nome
Mês/ano	Mês/ano

PROGRAMA DE DISCIPLINA			
DISCIPLINA METODOLOGIA DE PESQUISA EM EDH		CÓDIGO (preenchimento DGA)	
CURSO(S) EM QUE É OFERECIDA		CLASSIFICAÇÃO	
• Educação em Direitos Humanos		Obrigatória	Optativa
		X	
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL 45 horas	NÚMERO DE CRÉDITOS 3 1 crédito =15 horas	CARGA HORÁRIA SEMANAL 3 tempos 1 tempo de aula = 1 crédito	
PRÉ REQUISITO(S)		CÓDIGO(S)	
• Não há pré-requisitos		(preenchimento DGA)	
EMENTA			
Paradigmas de pesquisa em ciências sociais: considerações ontológicas, epistemológicas e metodológicas. A pesquisa quantitativa, qualitativa e de métodos mistos. Diretrizes para a construção de um projeto de pesquisa. Os instrumentos de coleta/geração, construção e análise de dados. Elaboração de pesquisa acadêmica: planejamento, estrutura e apresentação, princípios éticos da pesquisa. Práticas de leitura e escrita de gêneros acadêmicos: fichamento, resumo, resenha, artigo científico, projeto de pesquisa, monografia. Recursos discursivos na escrita acadêmica: citação, paráfrase, coesão, coerência, marcadores, voz do autor. Revisão de bibliografia e levantamento de pesquisas no Portal de Periódicos CAPES.			
OBJETIVO GERAL			
Introduzir ao pós-graduando, e de forma comparativa, diferentes paradigmas metodológicos, enfocando suas ontologias, epistemologias e implicações práticas para a pesquisa em Educação em Direitos Humanos, bem como à prática da escrita acadêmica.			

ABORDAGEM (X) Teórica (X) Prática	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS Aulas teóricas expositivas dialogadas, leituras e análise de textos, seminários, estudo dirigido, produção textual de gêneros acadêmicos.
ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR Leitura de monografias e trabalhos de conclusão de curso. Planejamento das ações de pesquisa que o pós-graduando pretende realizar para a escrita da monografia. Pesquisa de estudos realizados no âmbito da Educação em Direitos Humanos no Portal de Periódicos CAPES.	
BIBLIOGRAFIA GERAL DA DISCIPLINA: ARTIGOS: <ul style="list-style-type: none"> • CASSIANI, S. & LINSINGEN, I. V. Formação inicial de professores de ciências: perspectiva discursiva na educação CTS. In: Educar em Revista, (Impresso), v. 34, p. 127-147, 2009. • GIL-PÉREZ, D.; FERNÁNDEZ MONTOSO, I.; CARRASCOSA ALÍS, J.; CACHAPUZ, A. & PRAIA, J. Para uma Imagem Não-deformada do Trabalho Científico. Ciência & Educação, v. 7, n. 2, p. 125-153, 2001. • LIMA, M. E. C. C.; MAUÉS, E. Uma releitura do papel da professora das séries iniciais no desenvolvimento e aprendizagem de ciências das crianças. Ensaio, V 8, n. 2, p.161-175, dez. 2006. • LINSINGEN, I. V. Perspectiva educacional CTS: aspectos de um campo em consolidação na América Latina. In: Ciência & Ensino, v.01, n. especial: Educação em Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente. Campinas, SP, nov. 2007. • SANTOS. L. P. & MORTIMER, E. F. O Ensino de CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade) no Contexto da educação Básica Brasileira. In: Revista Ensaio, v.02, n. 2. Belo Horizonte, 2000. • SELLES, S. E. & FERREIRA, M. S. Influências histórico culturais nas representações sobre as estações do ano em livros didáticos de ciências. In: Ciência & Educação, v. 10, n. 1. Bauru, SP, 2004. • ACOCELLA, I. The focus groups in social research: Advantages and disadvantages. Quality & Quantity, 46(4), 1125–1136, 2012. • CATALDI, S. A proposal for the analysis of the relational dimension in the interview techniques: A pilot study on in-depth interviews and focus groups. Quality & Quantity, 52(1), 295–312, 2018. • CHOI, J., PRICE, R., & VINOKUR, A. Self-efficacy changes in groups: Effects of diversity, leadership, and group climate. Journal of Organizational Behavior, 24(4), 357, 2003. LIVROS: <ul style="list-style-type: none"> • BORTONI-RICARDO, S. M. O professor-pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa. 1ª Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 - 4ª reimpressão: março de 2015. • CHALMERS, A. F. O que é a ciência afinal?. São Paulo: Brasiliense, 2014. • DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.) O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed Bookman, 2006. • FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. • LOURENÇO, E. Especialização em educação em direitos humanos: módulo 7 – metodologia de pesquisa e projetos de intervenção. 1 Ed. São Paulo: UNIFESP, 2017. 	

<ul style="list-style-type: none"> MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017. MORAES e GALIAZZI. Análise Textual Discursiva, IJUI: editora da UNIJUI: 2011. RAYMOND QUIVY, Luc Van Campenhoudt. “A pergunta de partida”. In. Manual de investigação em ciências sociais. 2.ª ed., Lisboa, Gradiva, 1998. 	
Coordenador do Curso	Pró Reitor de Ensino de Graduação
Nome	Nome
Mês/ano	Mês/ano

PROGRAMA DE DISCIPLINA				
DISCIPLINA		CÓDIGO		
ESTADO, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS		(preenchimento DGA)		
CURSO(S) EM QUE É OFERECIDA		CLASSIFICAÇÃO		
<ul style="list-style-type: none"> Curso de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> em Educação em Direitos Humanos 		<table border="1"> <tr> <td>Obrigatória</td> <td>Optativa</td> </tr> </table>	Obrigatória	Optativa
Obrigatória	Optativa			
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL	NÚMERO DE CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL		
45 horas	3 1 crédito = 15 horas	3 tempos 1 tempo de aula = 1 crédito		
PRÉ REQUISITO(S)		CÓDIGO(S)		
<ul style="list-style-type: none"> Não há pré-requisitos 		(preenchimento DGA)		
EMENTA				
<p>Conceitos de Estado, Cidadania, Políticas Públicas e Violência no pensamento político contemporâneo; mapeamento de suas diferentes interpretações e seu impacto na realidade social brasileira. As abordagens teóricas dos direitos humanos. Direitos humanos como capacidades e as políticas públicas para a promoção da dignidade humana. O meio ambiente, conflitos ambientais e direitos humanos no Estado Democrático de Direito.</p>				
OBJETIVO GERAL				
<p>Levar o aluno a analisar os contextos específicos que marcaram a trajetória da construção da Democracia, Estado, cidadania e política no Brasil identificando as mudanças ocorridas nas relações entre Estado e sociedade no tempo histórico contemporâneo.</p>				
ABORDAGEM	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS			
(x) Teórica () Prática	Aulas teóricas expositivas dialogadas, leituras e análise de textos, vídeo-debates, visitas técnicas, seminários, dentre outras possibilidades.			
ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR:				
<ul style="list-style-type: none"> - Aulas dialogadas, com projeção de conteúdos básicos. - Discussão e debate de textos; - Leitura dirigida de textos em classe. - Análise de filmes. 				
BIBLIOGRAFIA GERAL DA DISCIPLINA:				
ARTIGOS:				

- CARDOSO, Adalberto; PRETECEILLE, Edmond. **Classes Médias no Brasil: Do que se Trata? Qual seu Tamanho? Como Vem Mudando?**. DADOS - REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, v. 60, p. 977-1023, 2017.
- CARDOSO, Bruno V. **A lógica gerencial-militarizada e a segurança pública no Rio de Janeiro: o CICC-RJ e as tecnologias de (re)construção do Estado**. DILEMAS: REVISTA DE ESTUDOS DE CONFLITO E CONTROLE SOCIAL, 2019.
- FRUGOLI JR, Heitor; CAVALCANTI, Mariana. **Territorialidades da(s) cracolândia(s) em São Paulo e no Rio de Janeiro**. Anuário Antropológico, v. 38, p. 73-97, 2013.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **A experiência das UPPs: Uma tomada de posição**. Dilemas, v. 8, p. 7-24, 2015.
- MILHOMENS, L.; GOHN, M. G. M. **Movimentos Sociais e Amazônia: da ditadura civil-militar aos grandes projetos da atualidade**. CADERNOS CERU (USP), v. 29, p. 238-270, 2019.
- BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José Maurício. **Social Theory, Extroversion and Autonomy: Dilemmas of Contemporary (Semi) Peripheral Sociology**. Method(e)s: African Review of Social Sciences Methodology, v. 2, p. 108-126, 2017.
- DOMINGUES, José Maurício. **Political regimes and advanced liberal oligarchies**. CONSTELLATIONS (OXFORD. PRINT), p. 1-16, 2018.
- VANDENBERGHE, F. **The Tunnel at the End of the light**. Theory. Newsletter of RC 16, v. 2, p. 11-14, 2018.

LIVROS:

- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**. 1ª Ed. São Paulo: Paz & Terra, 2017.
- BURGIERMAN, Denis Russo. **O fim da guerra: a maconha e a criação de um novo sistema para lidar com as drogas**. 3ª Ed. São Paulo: Leya, 2016.
- CANDAU, Vera Maria. **Educação em Direitos Humanos e formação de professores(as) (Coleção Docência em Formação)**. 1ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2016.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- NUSSBAUM, M. C. **Fronteiras da Justiça: deficiência, nacionalidade, pertencimento à espécie**. Susana de Castro (tradução) – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

Coordenador do Curso	Pró Reitor de Ensino de Graduação
Nome	Nome
Mês/ano	Mês/ano

PROGRAMA DE DISCIPLINA		
DISCIPLINA	CÓDIGO	
MEMÓRIA, CORPO E EXCLUSÃO	(preenchimento DGA)	
CURSO (S) EM QUE É OFERECIDA	CLASSIFICAÇÃO	
Pós-graduação em Educação em Direitos Humanos	Obrigatória	Optativa
	x	

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL 45 horas	NÚMERO DE CRÉDITOS 3 1 crédito =15 horas	CARGA HORÁRIA SEMANAL 3 tempos 1 tempo de aula = 1 crédito
PRÉ REQUISITO(S) • Não há pré-requisitos		CÓDIGO(S) (preenchimento DGA)
EMENTA Memória como Direito Humano. Memória como elemento de reação à barbárie. Processo de memória e esquecimento no Brasil nos elementos de cultura. Histórico e construção do conceito de corpo na sociedade e na cultura. Processos de controle social dos corpos. Cultura corporal, práticas corporais, ócio, lazer e sua relação com os direitos sociais, fundamentais e políticas públicas. A relação entre os processos de exclusão, direitos humanos e direitos fundamentais. Exclusão social, semelhanças, diferenças e a implementação de políticas de públicas. Práticas de exclusão e inclusão. Anomia, desvio e marginalidade.		
OBJETIVO GERAL Proporcionar discussão a partir da interface entre os conceitos de Memória, Corpo e processos de Exclusão.		
ABORDAGEM (X) Teórica () Prática	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS Aulas teóricas expositivas dialogadas, leituras e análise de textos, vídeo-debates, visitas técnicas, seminários, produção individual e coletiva... dentre outras possibilidades.	
ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - Leitura de artigos, monografias e teses sobre o tema. - participação de debates acerca dos temas trabalhados pela e na disciplina.		
BIBLIOGRAFIA GERAL DA DISCIPLINA:		
ARTIGOS:		
<ul style="list-style-type: none"> • BENJAMIN, Walter. Magia, técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Volume 1. Série Obras escolhidas. 8. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012. • BOURDIEU, Pierre. & PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. • LE BRETON, D. Antropologia do Corpo e modernidade. Petrópolis. Vozes, 2011. • LAFARGUE, Paul. O direito à preguiça. Edipro. Edição: 1ª. 2016. • SAWAIA, Bader. Artimanhas da Exclusão. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. • BAUDET, Ricardo Brodsky. Memoriales, monumentos, museos: memoria, arte y educación en los derechos humanos. Lua Nova [online]. 2015, n. 96, p.149-161. • GÓMEZ, Z. P. Las huellas de la vida. Intervenciones estéticas y modelado del yo. Pro-Posições, Campinas, v. 14, n. 2 (41), p. 91-102, maio/ago. 2003. • PINHEIRO, Marcia Leitão. “The sound of silenced voices”: mobilizations, connections and demands in the investigation of slavery in Brazil. Vibrant, Virtual Braz. vol.15 n.3 Brasília. 2018. (Epub) Dez 03, 2018. 		
LIVROS:		
<ul style="list-style-type: none"> • DAOLIO. Jocimar. Os significados do corpo na cultura e as implicações na Educação Física. Revista Movimento. Ano 2. v. 2. n. 2. Porto Alegre, Brasil. Jun. 1995. • GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Documentos da cultura / documentos da barbárie. Ide (São Paulo), vol.31, no.46, p.80-82, 2008. 		

- PAUGAM. S. (org). **L' exclusion: l'état des savoirs**. Paris: Éditions La Découvert, 1996.
- SELLIGMANN-SILVA, Marcio. **Antimonumentos: trabalho de memória e de resistência**. Psicologia USP. v. 27. n. 1, p. 49-60, 2016.
- SIBILIA, P. **Você é o que Google diz que você é: A vida editável, entre controle e espetáculo**. Revista do PPGCOM-UFRGS, n. 42, Porto Alegre, Brasil, Maio/Ago. p. 214-231, 2018.
- STAREPRAVO, Fernando Augusto; MARCHI JUNIOR, Wanderley. **(Re)pensando as políticas públicas de esporte e lazer: a sociogênese do subcampo político/burocrático do esporte e lazer no Brasil**. Rev. Bras. Ciênc. Esporte. vol.38, n.1, pp.42-49, 2016.

Coordenador do Curso	Pró Reitor de Ensino de Graduação
Nome	Nome
Mês/ano	Mês/ano

PROGRAMA DE DISCIPLINA		
DISCIPLINA FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	CÓDIGO (preenchimento DGA)	
CURSO(S) EM QUE É OFERECIDA	CLASSIFICAÇÃO	
<ul style="list-style-type: none"> • Educação em Direitos Humanos 	Obrigatória	Optativa
<ul style="list-style-type: none"> • 	X	
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL 45 horas	NÚMERO DE CRÉDITOS 3 1 crédito =15 horas	CARGA HORÁRIA SEMANAL 3 tempos 1 tempo de aula = 1 crédito
PRÉ REQUISITO(S)		CÓDIGO(S)
<ul style="list-style-type: none"> • Não há pré-requisitos 		(preenchimento DGA)
EMENTA		
Educação em Direitos Humanos: definições. História da Educação em Direitos Humanos no Brasil. Educação para formação de sujeitos de direito, para o empoderamento de grupos e sujeitos historicamente marginalizados e para o “Educar para nunca mais”. Os professores e a formação de uma cultura de Direitos Humanos. O papel da escola na promoção dos Direitos Humanos. Educação em Direitos Humanos em espaços não-formais.		
OBJETIVO GERAL		

Abordar historicamente a trajetória da Educação em Direitos Humanos. Discutir conceitualmente os pilares da Educação em Direitos Humanos. Refletir sobre os papéis da escola, dos professores e dos espaços não formais na promoção de uma cultura de Direitos Humanos. Promover debates e propostas relacionadas a questões ligadas aos Direitos Humanos.

ABORDAGEM (X) Teórica () Prática	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS Aulas teóricas expositivas dialogadas, leituras e análise de textos, seminários, círculos de debates.
--	---

ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR

- Leitura de artigos, monografias e teses sobre o tema.
- participação de debates acerca dos temas trabalhados pela e na disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARTIGOS:

- BRASIL. **Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação.** Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: Diário Oficial da União, 2012.
- BRASIL. **Secretaria Especial dos Direitos Humanos.** Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: 2006
- CLAUDE, Richard Pierre. **The right to education and human rights education.** Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos, 2(2), pp. 36-63, 2005.
- MIRANDA, Cláudia. **Currículos decoloniais e outras cartografias para a educação das relações étnico-raciais: desafios político-pedagógicos frente a lei nº 10639/03.** Revista da ABPN, v. 5, n. 11, p. 100-118, 2013.
- OLIVEIRA, R. D. V. L.; QUEIROZ, R. P. C. **O cotidiano, o contextualizado e a Educação em Direitos Humanos: a escolha de um caminho para uma Educação cidadã cosmopolita.** Revista Iberoamericana de Educación (RIE). v. 71, n. 1, 2016.
- VALLA, Victor Vincent. **A crise de interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas.** Educação e Realidade, v.21, n.2, p.177-190, 1996.
- WALSH, Catherine. **Interculturalidad y (de)colonialidad: perspectivas críticas y políticas.** In: Revista Visão Gloval, Joaçaba, v. 15. n. 1-2, p. 61-74, 2012.

LIVROS:

- ANDRADE, M. **Tolerar é pouco? Pluralismo, mínimos éticos e práticas pedagógicas.** Petrópolis, DP et. Alii: De Petrus, Rio de Janeiro; Novamerica, 2009.
- APPLE, M. **A educação pode mudar a sociedade?** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.
- APPLE, M.; BURAS, K. L.(orgs). **Currículo, poder e lutas educacionais: com a palavra, os subalternos.** Porto Alegre: editora Penso, 2007.
- CANDAU,V. et alli. **Educação em Direitos Humanos e formação de professores(as).** São Paulo: Cortez, 2016.
- DESLANDES, K. **Formação de professores e Direitos Humanos: Construindo escolas promotoras da igualdade.** Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2017.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia.** 43ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 54ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

<ul style="list-style-type: none"> • OLIVEIRA, R. D.; QUEIROZ, G. R. Educação em ciências e direitos humanos: Reflexão-ação em/para uma sociedade plural. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013 • PINHEIRO, L. Educação em Direitos Humanos para o século XXI. São Paulo: EDUSP, 2008. • SACAIVINO, S. (org.) Educação em Direitos Humanos: pedagogias desde o Sul. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. 	
Coordenador do Curso	Pró Reitor de Ensino de Graduação
Nome	Nome
Mês/ano	Mês/ano

PROGRAMA DE DISCIPLINA		
DISCIPLINA PEDAGOGIAS E FORMAÇÃO DOCENTE	CÓDIGO (preenchimento DGA)	
CURSO(S) EM QUE É OFERECIDA	CLASSIFICAÇÃO	
<ul style="list-style-type: none"> • Educação em Direitos Humanos 	Obrigatória	Optativa
<ul style="list-style-type: none"> • 	X	
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL 45 horas	NÚMERO DE CRÉDITOS 3 1 crédito =15 horas	CARGA HORÁRIA SEMANAL 3 tempos 1 tempo de aula = 1 crédito
PRÉ REQUISITO(S)		CÓDIGO(S)
<ul style="list-style-type: none"> • Não há pré-requisitos 		(preenchimento DGA)
EMENTA		
A formação docente. A relação da pedagogia com o sistema capitalista e o mundo do trabalho. Os letramentos e o acesso aos direitos humanos. Pedagogias e práticas educacionais emancipatórias. Pedagogias e práticas educacionais decoloniais. Espaços educacionais formais e não-formais.		
OBJETIVO GERAL		
Perspectivar a formação docente nos âmbitos tradicional, emancipatório e decolonial. Discutir e apresentar a importância dos letramentos no acesso aos direitos humanos. Ampliar os conhecimentos dos pós-graduandos acerca das pedagogias emancipatórias e decoloniais. Promover a construção de novos exercícios e práticas pedagógicas;		
ABORDAGEM	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	
(X) Teórica (X) Prática	Aulas teóricas expositivas dialogadas, leituras e análise de textos, seminários, produção de propostas curriculares, planejamentos de aula e materiais didáticos informados pela teoria abordada no curso.	
ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR		
- Leitura de artigos, monografias e teses sobre o tema. - participação de debates acerca dos temas trabalhados pela e na disciplina.		

BIBLIOGRAFIA GERAL DA DISCIPLINA:**ARTIGOS:**

- TARC, P. **Mobilizations of “Education as a Human Right in the 21st Century”:** What Larger Conditions and Logic Are in Play? *Democracy & Education*, 21(1). Article 9, 2013.
- Pogge, T. (2002). **World poverty and human rights: Cosmopolitan responsibilities and reforms.** Cambridge, UK: Polity Press, 2002.
- CLAUDE, Richard Pierre. **The right to education and human rights education.** *Sur, Rev. int. direitos human.* [online], vol.2, n.2 [cited 2019-04-05], pp.36-63, 2005.
- GROSFOGUEL, Ramón. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI.** *Revista Sociedade e Estado*, Volume 31, Número 1, Janeiro/Abril 2016.
- ANDRADE, Marcelo. **É a educação um direito humano? Em busca de razões suficientes para se justificar o direito de formar-se como humano.** *Revista de Educação*, v. 36, p. 21-27; Rio Grande do Sul: PUC-RS, 2013.
- ESTEVÃO, Carlos V. **Direitos Humanos, Justiça e Educação.** *Rev. Educação, Sociedade e Culturas*, nº 25, 43-81, 2007.
- CHALUH, Laura Noemi. **Autonomia, democracia e diversidade: práticas pedagógicas que favorecem valor.** In: *Revista Olhar de Professor*, Ponta Grossa: 9 (1): 97-112, 2006.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Os sessenta anos da Declaração Universal: atravessando um mar de contradições.** *Sur, Revista Internacional de direitos humanos.* Vol.5, n.9, pp. 76-87, 2008.

LIVROS:

- NETO, J. C. M. **Por uma pedagogia decolonial na América Latina: reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Fals Borda.** Curitiba: CRV, 2016.
- SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** 3ª Ed; 10ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- MÉSZÁROS, Istvan. **A Educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2015.
- FOFONCA, E. (Coord.); BRITO, G. S.; ESTEVAM, M.; CAMAS, N. P. V. (Orgs.) **Metodologias pedagógicas inovadoras: contextos da educação básica e da educação superior.** Curitiba: Editora IFPR, 2018.
- HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- MISKOLCI, R. **Teoria Queer: um aprendizado pela diferença.** 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- OCAÑA, Alexandre Ortiz. **Decolonizar la educacion: pedagogia currículo y didactica decoloniales.** Editorial Académica Española, 2017.

Coordenador do Curso	Pró Reitor de Ensino de Graduação
Nome	Nome
Mês/ano	Mês/ano

PROGRAMA DE DISCIPLINA	
DISCIPLINA	CÓDIGO
Práticas de Ensino em Educação em Direitos Humanos	(preenchimento DGA)
CURSO(S) EM QUE É OFERECIDA	CLASSIFICAÇÃO

<ul style="list-style-type: none"> Curso de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> em Educação em Direitos Humanos 		Obrigatória	Optativa
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL 45 horas	NÚMERO DE CRÉDITOS 3 1 crédito =15 horas	CARGA HORÁRIA SEMANAL 3 tempos 1 tempo de aula = 1 crédito	
PRÉ REQUISITO(S)		CÓDIGO(S)	
<ul style="list-style-type: none"> Não há pré-requisitos 		(preenchimento DGA)	
<p>EMENTA</p> <p>A disciplina “Práticas de Ensino em Educação em Direitos Humanos” procurará oferecer aos estudantes ferramentas para formulação de estratégias e práticas docentes conectadas a Educação em Direitos Humanos a serem aplicadas no magistério profissional em seus diferentes níveis, etapas e modalidades. Neste percurso definiremos uma bibliografia básica, delimitando o campo de estudo acima e seus conceitos fundamentais de modo a oferecer aos discentes instrumentos básicos para pensar adequadamente a temática. Em uma segunda frente, a disciplina procurará problematizar os diversos saberes circulantes no universo da docência em Direitos Humanos, pensando na inserção e aplicação desses saberes na prática docente cotidiana.</p>			
<p>OBJETIVO GERAL</p> <p>A disciplina Práticas de Ensino em Educação em Direitos Humanos tem como objetivo fundamental: Introduzir e preparar o (a) aluno (a) para a reflexão e utilização de conceitos, teorias e práticas relacionadas a Educação em Direitos Humanos no magistério em seus diferentes níveis, etapas e modalidades. Incentivar também a reflexão sobre temáticas pertinentes ao processo de ensino e aprendizagem, tais como: diferentes concepções de planejamento, aprendizagens e temáticas significativas no âmbito da Educação em Direitos Humanos, procedimentos didático-metodológicos e avaliação.</p>			
ABORDAGEM (x) Teórica (x)Prática	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS Aulas teóricas expositivas dialogadas, leituras e análise de textos, vídeo-debates, visitas técnicas, seminários, dentre outras possibilidades metodológicas.		
<p>ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aulas dialogadas, com projeção de conteúdos básicos. - Discussão e debate de textos; - Leitura dirigida de textos em classe. - Análise de filmes. 			
<p>BIBLIOGRAFIA GERAL DA DISCIPLINA:</p> <p>ARTIGOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CLAUDE, Richard Pierre. The right to education and human rights education. Sur, Rev. int. direitos human. [online], vol.2, n.2, pp.36-63, 2005. • ROBINSON, Carol; PHILLIPS, Louise & QUENNERSTEDT, Ann. Human rights education: developing a theoretical understanding of teachers’ responsibilities. Educational Review, 2018. • ROBEYNS, I. Three models of education: Rights, capabilities and human capital. Theory and Research in Education, 4(1), 69– 84, 2006. • DELORS, Jacques et. al. Da comunidade de base à sociedade mundial. IN: Educação um tesouro a descobrir. Editora Cortez. Brasília, 1998. 			

- CANDAU, VERA MARIA FERRÃO. **Educar em tempos difíceis: entre urgências e apostas.** NUEVAMÉRICA (BUENOS AIRES), v. 54, p. 16-20, 2018.
- OLIVEIRA, L. F.; WALSH, Catherine; CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Colonialidade e Pedagogia decolonial: para pensar uma educação outra.** Archivos Analíticos de Políticas Educativas / Education Policy Analysis Archives, v. 26, p. 1-11, 2018.
- FERNANDES, Yrama Siqueira; CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Direito à qualidade da educação e educação em direitos humanos: inter-relações e desafios.** Educação (PUCRS. Impresso), v. 40, p. 02-09, 2017.
- MBAYA, Etienne-Richard. **Gênese, evolução e universalidade dos direitos humanos frente à diversidade de culturas.** Estud. av. [online], vol.11, n.30, pp.17-41, 1997.

LIVROS:

- CANDAU, Vera Maria. **Educação em Direitos Humanos e formação de professores(as) (Coleção Docência em Formação).** 1ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2016.
- RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos.** 1ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- SPAZIANNI, Maria de Lourdes. **Profissão de professor: Cenários, tensões e perspectivas.** 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016.
- DAVIS, Angela. **Educação e libertação: a perspectiva das mulheres negras.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- DESLANDES, Keila. **Formação de professores e Direitos Humanos: Construindo escolas promotoras da igualdade.** 1ª Ed. São Paulo: Autêntica Editora, 2017.
- FRIGOTTO, G. (Org.) **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.
- MARQUES, Eugenia Portela Siqueira de. **Educação das Relações Étnico-Raciais: Caminhos para a Descolonização do Currículo Escolar.** 1ª Ed. Paraná: Editora Appris, 2018.
- SILVA, Aida Maria Monteiro. **Educação superior: Espaço de formação em Direitos Humanos.** 1ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

Coordenador do Curso Nome	Pró-Reitor de Ensino de Graduação Nome
-------------------------------------	--

PROGRAMA DE DISCIPLINA		
DISCIPLINA Elaboração de projetos	CÓDIGO (preenchimento DGA)	
CURSO(S) EM QUE É OFERECIDA	CLASSIFICAÇÃO	
Curso de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> em Educação em Direitos Humanos	Obrigatória	Optativa
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL 30 horas	NÚMERO DE CRÉDITOS 2 1 crédito =15 horas	CARGA HORÁRIA SEMANAL 2 tempos 1 tempo de aula = 1 crédito
PRÉ REQUISITO(S)	CÓDIGO(S)	
Não há pré-requisitos	(preenchimento DGA)	
EMENTA		
Elaboração do projeto do trabalho de conclusão de curso. Apresentação do projeto em seminário de TCC com participação da turma e professores do curso.		

OBJETIVO GERAL	
Proporcionar aos pós-graduandos as competências e habilidades necessárias à elaboração e defesa de um trabalho acadêmico seguindo as normas da ABNT e demais normas presentes no Manual para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos dos Cursos de Pós-graduação: trabalho de conclusão de curso, dissertação e tese do IFRJ.	
ABORDAGEM (x) Teórica () Prática	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS Aulas teóricas expositivas dialogadas, leituras e análise de textos, vídeo-debates, visitas técnicas, seminários, dentre outras possibilidades.
ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR: - Aulas dialogadas, com projeção de conteúdos básicos. - Discussão e debate de textos; - Leitura dirigida de textos em classe. - Análise de filmes.	
BIBLIOGRAFIA GERAL DA DISCIPLINA:	
ARTIGOS: ALBUQUERQUE, Aline. Para uma ética em pesquisa fundada nos Direitos Humanos. Rev. Bioét. [online]. 2013, vol.21, n.3, pp.412-422. ISSN 1983-8042 JUFIASSU Hilton. O espírito interdisciplinar. Cadernos EBAPE. FGV. v. 4. n. 3.Out. 2006. OLIVEIRA, R. D. V. L.; QUEIROZ, R. P. C. O cotidiano, o contextualizado e a Educação em Direitos Humanos: a escolha de um caminho para uma Educação cidadã cosmopolita. Revista Iberoamericana de Educación (RIE). v. 71, n. 1, 2016a. SOUZA, Roberto Acízelo. A questão do método nos estudos literários. Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 49, n. 4, p. 471-476, out.-dez. 2014. TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. FAGUNDES, Tatiana Bezerra. Concepts of the teacher as researcher and reflective teacher: perspectives about teachers' work. Rev. Bras. Educ. vol. 21. n. 65. Rio de Janeiro. Apr./June 2016. WALL, Marilene Loewen; CARRARO, Telma Elisa. Kuhn's revolutionary theory and its influence on the construction of nursing knowledge. Rev. Latino-Am. Enfermagem vol.17 no.3 Ribeirão Preto May/June 2009. BRYMAN, Alan. Of methods and methodology. Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal, Vol. 3 Issue: 2, pp.159-168, 2008.	
LIVROS: IFRJ. Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos dos cursos de pós-graduação: trabalho de conclusão de curso, dissertação e tese. IFRJ-Reitoria, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: < http://www.ifrj.edu.br/webfm_send/1691 >. Acesso em: 06 jul. 2018. CANDAUI, Vera Maria. Educação em Direitos Humanos e formação de professores(as) (Coleção Docência em Formação). 1ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2016. DEMO, Pedro. Metodologia científica em Ciências Sociais. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1995. KUHN, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. 5. Ed. Tradução de Beatriz Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1998. BECKER, Howard S. Métodos de pesquisa em ciências sociais. 2.ed.São Paulo: Hucitec. 1994.	

Coordenador do Curso	Pró Reitor de Ensino de Graduação
Nome	Nome
Mês/ano	Mês/ano

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANISTIA INTERNACIONAL. **Informe 2014/2015: o estado dos direitos humanos no mundo**. 2015. Disponível em <https://anistia.org.br/direitos-humanos/informes-anuais/o-estado-dos-direitos-humanos-mundo-20142015/>. Último acesso em 19/05/2018.

ARAÚJO, Cinthia Monteiro de. **Formando sujeitos: as alianças entre o ensino de História e a Educação em Direitos Humanos**. Dissertação de mestrado em Educação. Rio de Janeiro: PUC, 2006.

BIESTA, Gert. **Good Education in na Age of Measurement**. Paradigm Publishers, 2010.

BIESTA, Gert. **Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos.**, Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Último acesso em 19/05/2015.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Último acesso em 19/05/2015.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

BRASIL. **Planos Nacionais de Direitos Humanos (PNDH, PDNH II e PNDH III)**. Decreto Nº 7.037, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rev. Bras. Hist, vol.24, n.47, 2004.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3ª edição. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

GRÜNER, Eduardo. **La Oscuridad y las luces: capitalismo, cultura y revolución**. Buenos Aires: Edhasa, 2010.

HOBBSBAWM, Eric **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. — São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade. Presentismo e Experiências do Tempo**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial**. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Editora N-1, 2018.

MEDEIROS, Jackson da Silva. “Considerações sobre a esfera pública: redes sociais na internet e participação política”. In: **Transinformação**. Campinas, 25(1), jan/jul de 2013, p. 27-33. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v25n1/a03v25n1.pdf>. Último acesso em 19/05/2015.

MOYN, Samuel. **The Last Utopia: human rights in history**. Belknap Press, 2012.

PAIVA, Angelo Randolpho (org.). **Direitos Humanos em seus desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: PUC; Pallas, 2012.

PARRÓN, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 5ª edição. São Paulo: Saraiva Educação, 2017.

SACAVINO, Suzana. CANDAU, Vera Maria (org.). **Educação em Direitos Humanos: temas, questões e propostas**. Petrópolis, RJ: DP et alii editora, 2008.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.